

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Janimara Rocha

A TEORIA DAS CAPACIDADES DE MARTHA
NUSSBAUM E O PAPEL DA FORMAÇÃO HUMANA
NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Passo Fundo

2019

Janimara Rocha

**A TEORIA DAS CAPACIDADES DE MARTHA
NUSSBAUM E O PAPEL DA FORMAÇÃO HUMANA
NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, na linha de Fundamentos da Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Edison Alencar Casagrande.

Passo Fundo

2019

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal explorar o tema da educação humanista, ancorada na teoria das capacidades centrais de Nussbaum, assim como apresentar aspectos que sustentam a relevância da filosofia como componente das humanidades para a formação ampliada do sujeito. Visa-se responder, recorrendo a fontes de natureza bibliográfica, à seguinte pergunta: Qual é a contribuição da teoria das capacidades de Nussbaum para a formação humana e a educação contemporânea? Norteados por essa questão, o estudo desdobra-se em três passos: O primeiro aborda o conceito de capacidades, consideradas pela autora tanto como direitos mínimos que indicam aquilo que as pessoas são efetivamente capazes de ser e de fazer quanto como requisitos imprescindíveis para uma vida digna. O segundo tematiza os conceitos de autoexame socrático, cidadania mundial e imaginação narrativa. Mediante esses, Nussbaum reitera a perspectiva humanista de formação para uma cidadania democrática. Por fim, o terceiro passo consiste em explorar o tema da educação humanista com base na teoria das capacidades centrais da autora. Conclui-se que, em razão de recair sobre a educação atual concepções de formação tecnicistas e utilitaristas, essas não conseguem capacitar suficientemente os sujeitos para viverem em uma sociedade democrática. Dado que esta necessita de cidadãos críticos e capazes de se colocarem no lugar do outro, resulta que a formação em humanidades, conforme concebida por Nussbaum, pode contribuir para o fortalecimento de uma educação ampliada e democrática, capaz de melhor preparar os cidadãos para viverem em uma sociedade plural e diversa. Neste sentido, atribui-se à filosofia o destaque para o fortalecimento das humanidades, pois a formação proporcionada por ela reúne condições de englobar uma formação ampliada de sujeito.

Palavras-chave: Educação; Humanidades; Filosofia; Teoria das capacidades.

ABSTRACT

This research has the main objective of explore the theme of humanist education, anchored in Nussbaum's theory of central capacities, as well as presenting aspects that support the relevance of philosophy as a component of the humanities for the expanded formation of the subject. The aim is to answer, using bibliographic sources, the following question: What is the contribution of Nussbaum's theory of capacities to human formation and contemporary education? Guided by this question, the study unfolds in three steps: The first addresses the concept of capacities, considered by the author as both minimum rights that indicate what people are effectively capable of being and doing and as indispensable requirements for a worthy life. The second thematizes the concepts of Socratic self-examination, world citizenship and narrative imagination. By these, Nussbaum reiterates the humanist perspective of formation for a democratic citizenship. Finally, the third step is to explore the theme of humanistic education based on the author's theory of core capacities. It is concluded that, due to the fact that technicist and utilitarian conceptions of formation fall on current education, those cannot sufficiently empower subjects to live in a democratic society. Given that it needs critical citizens and who are able “to put themselves in each other's shoes”, it results that humanities formation, as conceived by Nussbaum, can contribute to the strengthening of a broader and more democratic education, capable of better preparing citizens to live in a plural and diverse society. In this way, philosophy is given the emphasis on the strengthening of humanities, since the formation provided by it meets the conditions of encompassing an expanded subject formation.

Keywords: Education; Humanities; Philosophy; Capacities theory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2. A TEORIA DAS CAPACIDADES: CONDIÇÕES FUNDAMENTAIS PARA UMA EDUCAÇÃO HUMANISTA	11
2.1. Martha Nussbaum e a teoria das capacidades.....	11
2.2 As capacidades humanas centrais: perspectiva nussbauniana.....	20
3 O CULTIVO DAS HUMANIDADES: POR UMA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA DE FORMAÇÃO.....	27
3.1 Síntese introdutória: o cultivo da humanidade de Martha Nussbaum	27
3.2 O autoexame socrático como modelo ideal de formação	29
3.2.1 A educação socrática e os pressupostos para a democracia	35
3.3 Ser cidadão do mundo – um modo de vida na concepção nussbauniana.....	38
3.3.1 A antiguidade grega e romana: a ideia de cidadania universal.....	40
3.3.2 Cidadão do mundo na educação contemporânea.....	47
3.4 A formação pela imaginação narrativa	50
3.4.1 A fantasia e o maravilhar-se com o mundo	53
3.4.2 A literatura e a imaginação	55
3.4.3 Currículo: Questão política?.....	58
3.4.4 Cidadão do mundo, relativismo e identidade	59
4. A TEORIA DAS CAPACIDADES E A EDUCAÇÃO HUMANISTA: FORMAÇÃO HUMANA E FILOSOFIA	61
4.1 O papel da filosofia diante da formação humana na contemporaneidade.....	64
4.2 Como avaliar uma educação de qualidade em humanidades?.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

1 INTRODUÇÃO

A complexidade e a pluralidade, características da contemporaneidade, impuseram grandes alterações à vida do cidadão, interferindo diretamente na forma hodierna de se conceber a educação e a democracia. A democracia, por sua vez, apresenta inúmeras fragilidades, sendo muitas delas resultantes da forma como a sociedade concebe e conduz o processo de educação de seus cidadãos. A democracia, nesse contexto, carente de sentido, encontra significado nas humanidades, que possibilitam não apenas um olhar diferente, mas também profundo e refinado sobre as questões sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas.

Há um grande movimento denunciado por Nussbaum (2015) que inquieta sobre a questão da retirada das humanidades dos currículos da educação básica e superior de muitas nações. Sem justificativas plausíveis tem seu espaço diminuído ou são suprimidas, substituídas assim, por formação técnica e utilitarista. Em um passado remoto, quando se ouvia relatos de que no Brasil foram extintas dos currículos as disciplinas de humanidades, como filosofia e sociologia, não se compreendia, em um contexto de organização de sociedade, as razões ou motivações de tal fato estar ocorrendo.

Durante minha vida acadêmica, sempre me interessei por aspectos relacionados ao desenvolvimento educacional da formação humana. Posso afirmar que a trajetória das pesquisas que realizei ao longo de minha formação contribuiu, significativamente, para que pudesse avançar na atual investigação, especialmente, no que diz respeito à consideração dos aspectos humanos para a formação dos cidadãos e cidadãs. Nesse mesmo tempo, comecei a perceber a influência mercadológica na educação.

Ao ingressar no programa de mestrado, o primeiro propósito de pesquisa não tinha relação com a concepção de educação humanista em Martha Nussbaum ou com a sua teoria das capacidades. No primeiro semestre de mestrado comecei a ter contato com diversas obras da autora e foi a partir disso que surgiu o interesse em mudar o rumo para o atual projeto de pesquisa.

As leituras de obras e textos com os quais tive contato fizeram parte do programa de grupos de estudo como o GEEDE (Grupo de Estudos sobre Ética, Democracia e Educação) e NUPEFE (Núcleo de Pesquisa em Filosofia e Educação), bem como de disciplinas obrigatórias do programa (PPGEDU). As leituras propostas pelos professores da linha de

pesquisa em Fundamentos da Educação, bem como do orientador, contribuíram para o direcionamento dos estudos. Com o passar do tempo, nos delimitamos a questões relacionadas à formação humanista e a importância da teoria das capacidades nesse contexto.

A sociedade contemporânea vive um modelo econômico-social capitalista, que privilegia a formação técnica em detrimento de uma formação humana ampliada. Para este modelo de formação tecnicista, não interessa o cultivo intelectual e moral do sujeito, – a formação crítica, mas, uma formação baseada em habilitar para o trabalho, para o desenvolvimento econômico e para o ensino do fazer pelo fazer.

Martha Nussbaum aborda em suas obras a crescente submissão da educação para o ‘mercado’, a instrumentalização econômica do ensino, visando uma formação mecanicista e tecnicista. Evidencia que há uma tendência mundial de reduzir a educação - desde os primeiros anos de escola até a universidade, a um processo de capacitação para o negócio e a contribuição para o PIB da nação, em detrimento de uma formação alargada, voltada para o aspecto humanista. Esse modo de fazer educação, segundo a autora, fere a perspectiva democrática das sociedades, visto que se reduz a um viés utilitarista-productivista, voltado para o lucro.

Contrariamente a esse modelo, com a presença das humanidades, o estudante pode ser levado a pensar criticamente sua presença no mundo, sendo que isso envolve conhecer amplamente as formações históricas e geográficas das sociedades, a história do trabalho, as relações internacionais, as noções de direito, cultura, política e religiões. Essa formação é voltada para a cidadania e com um olhar multicultural, desenvolvendo assim uma democracia global que Nussbaum (2005, 2012, 2013, 2014, 2015) defende como aquilo que está enfraquecido atualmente.

Segundo a autora, hodiernamente vive-se uma crise mundial, no que tange a educação, ocasionando mudanças radicais naquilo que se ensina às crianças e aos jovens. Afinal, estamos “[...] descartando, de forma imprudente, competências indispensáveis para manter viva a democracia. [...] as humanidades e as artes estão sendo eliminadas em quase todos os países do mundo” (2015, p.4). Os currículos estão mudando, em ritmo cada vez mais acelerado, em função dos interesses das classes dominantes e de governantes neoliberais. Neste sentido, as humanidades encontram-se ameaçadas tanto externamente quanto internamente aos ambientes acadêmicos. Inclusive cita que está ocorrendo uma forte diminuição do percentual de alunos que se formam em áreas de humanidades e um aumento desordenado dos diplomas nos cursos técnicos profissionalizantes.

De acordo com Nussbaum, urge apontar para outra perspectiva, num olhar ampliado, ou seja, com a alma, com a “[...] capacidade de pensar e imaginar o que nos torna humanos e que torna nossas relações humanas e ricas, em vez de relações meramente utilitárias e manipuladoras” (2015, p. 7). Isso significa pensar uma formação humana que conduza os sujeitos a serem capazes de enxergar o outro, de sentir o outro, de agir com o outro e assim construir uma democracia global. Afirma, ainda, que as capacidades ligadas às humanidades levam o ser humano a perceber-se como cidadão do mundo, como um ser inclusivo e a ter compreensão empática das diferentes experiências humanas.

Para Nussbaum, nenhuma democracia consegue permanecer estável sem educar seus cidadãos. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e reforçar os direitos humanos, devendo-se entender que a educação não começa apenas no ambiente escolar, mas já tem um caminho percorrido no meio familiar e social. A autora opõe-se ao sistema que produz crescimento econômico e que não produz democracia, qualidade de vida, melhorias na educação e saúde. Segundo ela, as pessoas precisam, além de conhecer o mundo, desafiar a mente para que ela se torne crítica, e o sujeito autônomo.

A principal preocupação apresentada pela autora é de que as escolas e a educação estão se submetendo cada vez mais aos padrões mercantis. Adota-se um sistema que tem por finalidade a produção de capital humano, ensinando os estudantes a se saírem bem nos testes de larga escala, que medem apenas quantitativamente os índices de conhecimento, mas incapazes de avaliar qualitativamente. Esse modelo, que parece pouco sólido, está se tornando padrão em todo o mundo.

Para uma sociedade que possui apenas foco econômico e utilitarista na educação, o raciocínio crítico não seria uma parte importante da educação, tendo em vista que este permite reflexões sobre as formas de organização e de dominação sobre as minorias presentes na maioria das sociedades. Precisa-se cada vez mais pensar criticamente para lutar por melhores condições e direitos.

Para formar cidadãos em uma sociedade verdadeiramente democrática, as escolas deveriam ensinar aos alunos a capacidade de raciocinar, refletir, argumentar e debater, a ver o mundo sob o ponto de vista dos outros, ensinar posturas em relação à fragilidade humana, desenvolver a capacidade de se preocupar com o outro, ter empatia.

Nussbaum é muito pretensiosa ao dizer que se quisermos uma educação de qualidade devemos reservar lugar de destaque para as humanidades nos currículos, desenvolvendo assim uma educação mais participativa, tornando os sujeitos mais sensíveis àquilo que lhes

acontece, às experiências vivenciadas na sociedade. Parece ser nesse contexto que o segmento das humanidades é importante na educação fornecida pelas escolas e universidades. A criatividade e a individualidade marcam a educação e a aprendizagem humanistas, levando ao caminho de uma educação que promova questionamentos e responsabilidades.

Diante deste contexto¹, aponta-se a pergunta que orienta a presente pesquisa, a saber: qual a importância da teoria das capacidades de Martha Nussbaum e o papel da formação humana na educação contemporânea?

O objetivo que norteia este trabalho concerne em explorar a contribuição da teoria das capacidades de Martha Nussbaum e o papel da formação humana na educação contemporânea. Também, apresentam-se aspectos que sustentam a relevância da filosofia como componente das humanidades.

As orientações metodológicas seguidas na elaboração deste trabalho referem-se à pesquisa de cunho bibliográfico. Entende-se por pesquisa bibliográfica “[...] a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes” (PIZZANI, SILVA, BELLO, HAYASHI, p.54, 2012).

A leitura e a reconstrução minuciosa dos textos de Martha Nussbaum permitiram não apenas a compreensão profunda de sua teoria das capacidades, mas também o aprofundamento de outros conceitos centrais, que validam este trabalho. Sem perder a essência dos conceitos nussbaunianos, foi possível incorporar bibliografias secundárias (livros, artigos científicos, dissertações) que contribuíram para a qualificação desta investigação.

Quanto à estrutura dos capítulos, a pesquisa aborda conceitos relacionados à formação do sujeito, a saber: a primeira parte aborda o conceito de capacidades (capacidades centrais) e tem como base a obra *Crear capacidades: propuesta para el desarrollo humano* (2012) e contribuições de outras obras da autora como *Fronteiras da justiça* (2013), *Educação e justiça social* (2014), bem como leituras de textos complementares.

Capacidades, consideradas pela autora como direitos mínimos, são indicadores daquilo que as pessoas são efetivamente capazes de ser e de fazer, considerados também como requisitos imprescindíveis para uma vida com dignidade. Nussbaum (2012) aborda as

¹Um dos desafios que diz respeito ao cenário educacional, se trata da possibilidade em conciliar as exigências da especialização cada vez mais requerida pelo mercado de trabalho, com a também necessidade de uma formação humana mais ampla.

capacidades centrais como condições fundamentais para o desenvolvimento dos cidadãos e cidadãs, bem como para a melhora da qualidade de vida. Ela cita como capacidades centrais: 1 – vida; 2 – saúde física; 3 – integridade física; 4 - sentidos, educação e pensamento; 5 – emoções; 6 – razão prática; 7 – afiliação; 8 – outras espécies; 9 – lazer; e, 10 – controle sobre o próprio ambiente (político e material). Existem outras capacidades que podem ser agregadas, já que a autora não considera essa lista como única ou fechada.

Nussbaum apresenta a teoria das capacidades como uma maneira de destacar a importância que possui a presença das humanidades no processo formativo do sujeito. De acordo com essa teoria, a formação em humanidades contribui para que o sujeito possa tornar-se autônomo, crítico e consciente da realidade, capaz de compreender seu papel no mundo e a própria sociedade em que está inserido. Nesse sentido é que Nussbaum fortalece a necessidade da formação humana em meio a uma educação que privilegia cada vez mais o aspecto tecnicista.

A segunda parte aborda os conceitos de autoexame socrático, cidadão do mundo e a imaginação narrativa. Tem como base a obra *El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal*. Nesta, Nussbaum (2005) apresenta a perspectiva da educação relacionada com a formação do cidadão e, como consequência, a formação do cultivo da humanidade. Para tanto, a autora classifica três habilidades² necessárias. A primeira trata do exame crítico ou autoexame, que significa a vida examinada, cunhada por Sócrates, sendo esta capaz de desenvolver a habilidade de pensar racionalmente. A segunda habilidade trata de perceber-se como cidadão do mundo, vinculado a outros seres humanos. E a terceira refere-se à imaginação narrativa, isto é, à capacidade de imaginar-se no lugar do outro, vivenciando outras experiências, emoções, conhecimentos, e ser um leitor inteligente da história de outras pessoas. Assim sendo, as habilidades apresentadas pela autora fornecem argumentos consistentes que possibilitam compreender a importância destas na formação humana, capaz de tornar o indivíduo autônomo e sujeito de sua própria história, capacitando-o para a atuação no mundo.

A terceira e última parte apresenta a teoria das capacidades e a educação humanista: da formação humana à filosofia. Diante disso, destaca-se a importância da filosofia como componente das humanidades. Aqui constrói-se um contraponto entre a formação humana e a formação tecnicista.

²Pode-se compreender que o termo habilidade presente na obra *Crear Capacidades: Una defensa clásica de la reforma en la educación liberal*, traduz-se no termo capacidade, discussão central do capítulo 1 desse trabalho e apresentado na obra *Crear capacidades*.

A filosofia, como componente das humanidades, caracteriza-se pela capacidade de reflexão, de estímulo do pensamento questionador diante da realidade, seja no aspecto político, econômico ou social. Ela não possui utilidade prática e imediatista como apresentam outras áreas do conhecimento. No entanto, a filosofia e as humanidades são capazes de “[...] criar um mundo em que vale a pena viver, pessoas que são capazes de enxergar os outros seres humanos como pessoas completas, com opiniões e sentimentos próprios que merecem respeito e compreensão [...]” (NUSSBAUM, 2015, p. 144). Contribui também para que, a partir da compreensão da sociedade, seja possível a construção de ideias, proporcionando debates que apresentem-se com argumentos de forma sensata e coerente. Portanto, a filosofia estimula o pensar e o argumentar por si, quebrando as amarras que tornam o sujeito passivo, ou seja, possibilita um olhar mais abrangente, ao modo socrático.

Diante do exposto, esta pesquisa apresenta importância, pertinência e é atual diante do contexto educacional tanto brasileiro quanto global. O ensino de humanidades e filosofia proporciona uma formação mais humana, aspira um nível mínimo de dignidade humana aos cidadãos e cidadãs, pretendendo uma sociedade mais justa. Nesse mesmo cenário, as humanidades e a filosofia enfrentam pressões de fatores diversos, como o econômico, que tencionam sua retirada da educação; portanto, sua permanência exige resistência.

2. A TEORIA DAS CAPACIDADES: CONDIÇÕES FUNDAMENTAIS PARA UMA EDUCAÇÃO HUMANISTA

Neste capítulo pretende-se explorar as capacidades centrais de Martha Nussbaum como justificativa para uma educação humanista. Para tanto, foi contextualizada a teoria das capacidades de Martha Nussbaum. Em seguida, foram apresentadas as capacidades humanas centrais sob a perspectiva da autora. Para tal fim, foram utilizadas como base as obras: *Crear Capacidades: propuesta para el desarrollo humano* (2012), *Educação e justiça social* (2014), *Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento, à espécie* (2013).

A teoria das capacidades desenvolvida nessa etapa teve como foco principal a perspectiva da educação humanista, pois a autora se utiliza, em muitos momentos, da temática para outras discussões, como é o caso da justiça social.

O desenvolvimento das capacidades necessárias para uma educação humanista pode ser feita por meio do ensino da filosofia e das humanidades. É possível atribuir, a partir da leitura das obras de Martha Nussbaum (2012, 2013, 2014), um papel mais público para a filosofia³.

2.1. Martha Nussbaum⁴ e a teoria das capacidades

Durante a década de 1980, Martha Nussbaum colaborou com a teoria de desenvolvimento humano elaborada por Amartya Sen, economista indiano e professor de filosofia (que aborda as capacidades como meio de comparar o bem-estar das nações). A

³ Aviv (2016) apresenta esse dado em entrevista realizada com a filósofa, e relata que foi depois que Nussbaum deixou Harvard em 1983, que ela começou a considerar esse papel mais público, ou seja, compreender a filosofia mais aproximada da vida, da realidade das pessoas. Ponderou esse aspecto quando começou a examinar a qualidade de vida no mundo em desenvolvimento.

⁴ Martha C. Nussbaum é uma filósofa norte-americana, nascida em 1947 em Nova York, que teve uma infância feliz e privilegiada. Foi muito apegada ao pai; apesar de não concordar com certos conceitos e preconceitos que ele costumava demonstrar, ela aprendeu com ele a ser forte, a ter determinação, nunca desistir do que deseja (inclusive foi por essa razão que sentiu-se atraída pelos tipos de populações vulneráveis que seu pai chamaria de subumanas e voltar seus estudos para tais). Sua irmã, bem como sua mãe (que na maior parte de sua infância foi dependente de álcool), sempre foram mais frágeis diante dos acontecimentos da vida. Nussbaum acreditava que a estrutura de suas emoções deveria carregar a consciência de si e não deixar-se levar por acontecimentos externos. Nussbaum é vista como uma mulher elegante, confiante, determinada, uma dama. Sempre cuidadosa com a saúde e a alimentação, costuma cuidar da saúde física com a prática de corrida ou outro exercício físico, acompanhada de música clássica, em especial Mozart. Costuma tocar piano e cantar (AVIV, 2016). Atualmente integra a academia de Artes e Ciências e a academia da Sociedade Filosófica norte-americana. Seus escritos demonstram seu interesse por campos como filosofia grega antiga, romana, filosofia política e ética, antropologia, psicanálise, sociologia. Perpassam temas que carregam preocupações e discussões relativas a questões dos sentimentos, das emoções, da política, da democracia, do bem e o mal, das desigualdades sociais/raciais/de gênero, injustiças, discriminação, marginalização, feminismo, grupos vulneráveis, animais não humanos, entre outras (MOTA, 2016).

partir dos estudos com Sen, Nussbaum, apresentou uma teoria das capacidades humanas, a qual busca compreender condições básicas e essenciais para o desenvolvimento humano, associado a um empreendimento humanista (presença da filosofia e das humanidades na formação/educação dos cidadãos e cidadãs). Sua teoria é lembrada como um elemento básico na defesa das humanidades e dos direitos humanos (AVIV, 2016).

Sua vasta produção conta com cerca de 24 livros, mais de 500 artigos publicados, diversos títulos honorários, além de muitos prêmios pelo seu trabalho como pesquisadora, professora e filósofa. Ela gosta de ser lembrada pela sua devoção ao ensino e aos seus alunos (AVIV, 2016).

Nussbaum aproxima a filosofia do cotidiano/realidade das pessoas quando defende questões como uma formação mais humana e menos técnica, evidenciando as capacidades, direitos e valores universais como fundamentais para o desenvolvimento das sociedades. Por isso, ler Nussbaum nos dias atuais possibilita interpretar a realidade vivida pelos cidadãos e cidadãs à luz da filosofia, tornando-a relevante em discussões cotidianas.

A teoria das capacidades de Nussbaum foi potencializada e desenvolvida em obras como: *Crear Capacidades: propuesta para el desarrollo humano* (2012), *Educación e justiça social* (2014), *Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento, à espécie* (2013), a partir de questões relacionadas ao conceito de desenvolvimento humano das Nações Unidas, bem como à teoria das capacidades desenvolvida por Amartya Sen. Para Sen, o desenvolvimento da teoria das capacidades era apresentado de modo alusivo à questões de desenvolvimento humano, relativo à política e a economia, além de orientar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à formação do cidadão e cidadã, e, também, de poder realizar comparações entre índices de desenvolvimento humano e qualidade de vida (NUSSBAUM, 2012).

A teoria das capacidades apresentada por Nussbaum (2012) distancia-se, de certo modo, da teoria de Sen, no sentido de que a autora usa normalmente o conceito capacidades no plural, de modo a enfatizar que os elementos “[...] más importantes de la calidad de vida de las personas son plurales y cualitativamente distintos: la salud, la integridad física, la educación y otros aspectos de las vidas individuales no pueden ser reducidos a uma métrica única sin distorsionarse” (p. 36-37). Assim, não reduz questões de desenvolvimento humano apenas a índices ou a aspectos puramente utilitaristas, mas procura compreender o ser humano como único na sua constituição, um ser de capacidades, de necessidades, como afirma.

O termo capacidades permite diversos usos e interpretações, podendo ser ampliado, segundo a autora, ao ser humano e aos animais não humanos. Ao se tratar do ser humano, a teoria pretende aproximar-se do conceito de qualidade de vida e de discussões sobre a justiça social. O enfoque aqui apresentado terá relação mais aproximada com a educação e não tanto com a justiça social.

Nussbaum (2012) argumenta que ao abordar a temática das capacidades é possível questionar: “[...] ¿qué es capaz de hacer y de ser cada persona?” (p. 38). Ainda, “Dicho de otro modo, el enfoque concibe *cada persona como un fin en si misma* y no se pregunta solamente por el bienestar total o medio, sino también por las oportunidades disponibles para cada ser humano” (p.38). Cada ser humano é visto como um ser capaz de oportunidades, escolhas e de liberdades, termos que as sociedades devem proporcionar/promover para a melhor qualidade de vida de seus cidadãos e cidadãs.

Por essa razão, a teoria das capacidades possui

[...] un enfoque comprometido con el respeto a las facultades de autodefinition de las personas. Es decididamente pluralista en cuanto a valores: sostiene que las capacidades que tienen una importancia central para las personas se diferencian cualitativamente entre sí y no sólo cuantitativamente, que no pueden reducirse a una sola escala numérica sin ser distorcidas, y que una parte fundamental de su adecuada comprensión y producción pasa por entender la naturaleza específica de cada una de ellas (2012, p.38).

A partir da compreensão de que cada ser humano é único torna-se possível pensar a teoria das capacidades como algo essencial para a vida de toda e qualquer pessoa, capaz de orientar questões relativas à educação e associar a cada um e a cada uma a significação da qualidade de vida. Além disso, para a autora, a teoria das capacidades é, contemporaneamente, central na defesa dos direitos humanos. Nussbaum (2014) associa a teoria das capacidades como um conjunto mínimo de direitos e possibilidades, aproximados aos direitos humanos, ou seja: como um nível mínimo de condições para se alcançar justiça para todos.

Importante ressaltar o fato de que Nussbaum (2012) questiona a ideia de desenvolvimento como desenvolvimento econômico, termo utilizado com frequência por órgãos nacionais e internacionais ao referir-se ao desenvolvimento das sociedades. As capacidades “[...] permitem-nos ter acesso em termos éticos e humanos a um conjunto abundante de objetivos para o desenvolvimento, além dos ‘da riqueza e da pobreza dos

economistas” (NUSSBAUM, 2014, p. 32). Em *Fronteiras da Justiça*, por exemplo, reforça esse argumento afirmando que

o enfoque das capacidades foi originalmente designado como uma alternativa, sobretudo, às abordagens econômico-utilitaristas que dominavam e, em certa medida, ainda dominam as discussões sobre a qualidade de vida em círculos internacionais de desenvolvimento e política pública, especialmente abordagens que entendiam a questão central do desenvolvimento em termos estritamente econômicos. (NUSSBAUM, 2013, p. 86).

Para ela, o desenvolvimento das sociedades é desenvolvimento humano, ideia na qual ancora-se para instituir a teoria das capacidades. Tendo em vista que as sociedades evoluem por condições de vida e trabalho dos seres humanos, logo deve-se oportunizar que todos os cidadãos e cidadãs tenham oportunidades para alcançar aquilo que necessitam para viver com dignidade, não apenas considerá-los como números.

O termo capacidade parece ser um tanto complexo. Porém, é importante atentar para o questionamento e a interpretação apresentados por Nussbaum (2012) acerca do conceito.

¿Qué son las capacidades? Son las respuestas a la pregunta: "¿Qué es capaz de hacer y de ser esta persona?". Por decirlo de otro modo, son lo que Sen llama "libertades sustanciales", un conjunto de oportunidades (habitualmente interrelacionadas) para elegir y actuar. [...] La capacidad viene a ser, por lo tanto, una especie de libertad: la libertad sustantiva de alcanzar combinaciones alternativas de funcionamientos". Dicho de otro modo, no son simples habilidades residentes en el interior de una persona, sino que incluyen también las libertades o las oportunidades creadas por la combinación entre esas facultades personales y el entorno político, social y económico (2012, p. 40).

Assim, as capacidades são um conjunto de elementos que podem garantir liberdades e oportunidades que combinadas entre si compõem a totalidade de oportunidades que cada cidadão e cidadã necessita para atuar na sociedade em que vive, diante de situações políticas, sociais e econômicas. Para Nussbaum (2012), o conjunto de capacidades combinadas é capaz de garantir funcionamentos⁵, ou seja, as condições residentes no interior de cada pessoa, associada às liberdades ou às oportunidades criadas pelas facultades internas e pela influência social, política e econômica. Nos termos da autora, estão relacionados o estado da pessoa (traços de personalidade, capacidades intelectuais e emocionais, estado de saúde e forma

⁵ A autora explica que capacidades e funcionamentos andam lado a lado, como que duas faces da mesma moeda. Por funcionamento ela compreende a ação, a prática, a realização efetiva de uma ou mais capacidades, vem a ser a materialização de certas capacidades. Como exemplo pode-se citar a saúde física (um capacidade apresentada na lista de Nussbaum), que só será um funcionamento se a pessoa tiver condições para isso, como acesso a alimento, moradia, etc.

física, sua aprendizagem e habilidades de percepção) com aspectos externos a ela, mas que interferem diretamente no modo como será a vida em sociedade. Ainda, é importante destacar o conceito de capacidades internas que compõe com o meio externo as capacidades combinadas. As capacidades internas⁶ referem-se às características que formam o modo de ser de cada cidadão e cidadã, os costumes e modo de viver adquiridos da família desde o nascimento, bem como as interferências e acréscimos proporcionados pela educação formal e informal, recebidas durante o processo de formação e a vida.

Para Nussbaum (2012)

Una de las tareas que corresponde a una sociedad que quiera promover las capacidades humanas más importantes es la de apoyar el desarrollo de las capacidades internas, ya sea através de la educación, de los recursos necesarios para potenciar la salud física y emocional, del apoyo a la atención y el cariño familiares, de la implantación de un sistema educativo, o de otras muchas medidas (p. 41).

O desenvolvimento das capacidades envolve um conjunto de ações e oportunidades para os cidadãos e cidadãs. A garantia de oportunidades e possibilidades parece ser, para Nussbaum (2012), a garantia de uma vida próspera, com qualidade e dignidade. Na teoria, nas leis e constituições, muitas vezes apresentam-se conceitos de qualidade de vida que na prática nem sempre são possíveis de serem vivenciados. Por isso, em conformidade com a autora, é necessário que seja dada atenção e apoio a essa teoria.

Diante disso, Nussbaum (2012) apresenta e argumenta sobre a distinção entre as capacidades internas das capacidades combinadas e a importância dessas para a vida humana. Segundo ela

Porque esta distinción se corresponde con los labores (coincidentes en parte, aunque diferentes) de toda sociedad digna. Una sociedad podría estar produciendo adecuadamente las capacidades internas de sus ciudadanos y ciudadanas, al tiempo que, por otros canales, podría estar cortando las vías de acceso de esos individuos a la oportunidad de funcionar de acuerdo con esas capacidades (NUSSBAUM, 2012, p.41).

Nussbaum (2012) argumenta que uma sociedade que possibilita o desenvolvimento das capacidades internas (adquiridas desde o nascimento), nem sempre o faz diante das capacidades combinadas (da qual fazem parte as capacidades internas somadas às

⁶ Capacidades internas, podem ser interpretadas, segundo a autora, como sendo os estados ou características da própria pessoa, incluindo seus traços de personalidade, suas capacidades intelectuais e emocionais, seu estado de saúde e forma física, sua aprendizagem, habilidades de percepção e movimento (NUSSBAUM, 2012), ou seja, aspectos que caracterizam a pessoa e formam-se desde seu nascimento, fazendo parte do processo de crescimento e criação.

interferências externas, sejam elas sociais, políticas ou econômicas), pois “podría estar cortando las vías de acceso de esos individuos a la oportunidad de funcionar de acuerdo con esas capacidades” (p. 41). Ou seja, por vezes, os cidadãos e cidadãs enfrentam privações ou limitações nas capacidades combinadas interferindo na participação efetiva em sociedade.

Para exemplificar isso, trabalha com situações como: ensina-se que todo cidadão e cidadã deve saber expressar-se, porém há situações em que se reprime o sujeito diante desse direito/capacidade. Muitas vezes isso ocorre por questões relacionadas à jogos de interesse. Outra situação apresentada é sobre a participação política, em que alguns são excluídos ou impedidos de fazer por serem imigrantes, ou seja, ser considerado como alguém que não pertence ao espaço que está ocupando. Em suma, não é possível imaginar uma sociedade que produza capacidades combinadas sem antes desenvolver capacidades internas e a relação de ambas é essencial para o funcionamento, ou seja, a efetivação das capacidades dos cidadãos e cidadãs, para a atuação desses em sociedade. Portanto, uma capacidade interna pode se perder se não for possibilitada oportunidade para seu funcionamento (capacidade combinada).

A teoria das capacidades de Nussbaum (2012) não se distancia muito da ideia de desenvolvimento humano apresentada por Sen⁷, mas altera e amplia o alcance do conceito. Como a própria autora afirma, as capacidades estão associadas ao modo de vida, liberdade e ação do ser humano em sociedade, às oportunidades que o mesmo possui diante da vida.

Confrontando a teoria das capacidades com os direitos humanos, as capacidades estão em vantagem, pois Nussbaum (2014) compreende que os direitos humanos foram criados como um manual para todas as nações seguirem, porém nem sempre são respeitados ou postos em ação; muitas vezes são encarados como proibições ao/pelo Estado diante das pessoas devido à interesses criados pelo mercado. Já as capacidades são mais amplas e “[...] só deveria considerar que uma sociedade é justa quando as capacidades efetivamente tiverem sido

⁷ Ao que parece, para a elaboração de sua teoria das capacidades, Nussbaum (visão filosófica) utilizou-se de alguns aspectos da teoria de Sen (visão a partir da economia) e acrescenta outros aspectos. “Meu enfoque das capacidades subscreve a proposta de Sen. [...] Sen baseia sua defesa das capacidades na variabilidade da necessidade de recursos entre os indivíduos e, também, na variabilidade de suas habilidades em converter esses recursos em funcionalidades (p. 202). Exemplo: uma criança precisa de mais proteínas que um adulto, uma mulher grávida precisa de mais nutrientes que uma não grávida”. “A versão de Sen concentra-se na mensuração comparativa da qualidade de vida, apesar de o autor estar interessado em questões de justiça social. Eu, por outro lado, tenho usado essa abordagem para fornecer a base filosófica para uma explicação das garantias humanas centrais que devem ser respeitadas e implementadas pelos governos de todas as nações, como um mínimo do que o respeito pela dignidade humana requer”. (NUSSBAUM, 2013, p. 84). Nesse sentido, a teoria das capacidades de Nussbaum vai muito além do que considerar o enfoque baseado na renda e riqueza de uma nação. Ela apresenta as capacidades como exigências centrais para uma vida com dignidade, uma teoria que se aproxima em certo sentido da concepção de direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs, sendo necessárias para uma vida digna.

realizadas” (p. 35). Somente assim todas as classes pertencentes às sociedades podem ter direito à plena igualdade de liberdade e oportunidades, de reconhecimento, de recursos e acesso educacional.

As capacidades, logo, estão associadas aos termos permitir ou possibilitar (que o cidadão e a cidadã se desenvolvam plenamente) em vez de obrigar que se sigam tradições e a história impostas, como é o caso citado por Nussbaum (2012, 2014) das mulheres na sociedade indiana, as quais são obrigadas a ‘servir’ os maridos, serem submissas, entre outras situações. Portanto, as capacidades permitem pensar requisitos que possam ser considerados imprescindíveis para se viver uma vida com dignidade.

Por outro lado, importante considerar que as capacidades básicas não estão inseridas no DNA do ser humano; por essa razão podem e devem ser desenvolvidas de modos distintos, aprimoradas, variando de pessoa para pessoa, das origens e tradições as quais se segue, das condições disponíveis no entorno em que se está inserido, das potencialidades. Por essa razão, as capacidades básicas são possíveis de serem desenvolvidas, formadas e aprimoradas ao longo da vida de todos e todas, embora com certas diferenças. Nussbaum (2012) acrescenta que pelo fato dos cidadãos e cidadãs terem diferenças no desenvolvimento de suas capacidades, todos deveriam ser tratados com igual respeito. Não considerar essas diferenças remete à ideia de meritocracia, logo, desigualdade de condições e acesso.

A teoria das capacidades faz refletir sobre a questão de que não se pode comparar como iguais os diferentes, mas pode-se respeitá-los de igual modo. Nussbaum (2012) exemplifica isso ao falar dos casos de capacidades (deficiências) cognitivas, pois pelo fato de estar em determinada situação não significa necessariamente que não se possa ter acesso à educação, mas sim que se necessita de atenção, de intervenções específicas para o seu desenvolvimento, mesmo que limitado. A autora compara as capacidades e seu funcionamento, na vida humana, com uma moeda, pois “si la capacidad es una cara de la moneda, la otra es el funcionamiento. Un funcionamiento es la realización activa de un o más capacidades. Los funcionamientos no tienen por qué ser particularmente activos ni [...] vigorosos” (NUSSBAUM, 2012, p.44).

A possibilidade de escolha do cidadão e da cidadã e o modo de agir – ou não - em sociedade refletem muito sobre as capacidades internas, bem como as interferências externas que podem se defrontar na vida. Diante disso, Nussbaum (2012) acrescenta que ao comparar capacidades com funcionamento deveríamos ter em conta sempre que a capacidade expressa oportunidade de escolha. Cita o exemplo de uma pessoa que jejua (tem a possibilidade de

escolher ficar sem comer) e de outra pessoa que não possui o que comer, logo, não possui a mesma capacidade de escolha e, conseqüentemente, o mesmo funcionamento.

Nussbaum (2012) afirma com isso que as capacidades se traduzem em funcionamentos, pois o funcionamento é a ação, a prática de uma capacidade. Mas não apenas isso, pois há capacidades que têm valor por si mesmas, como é o caso da liberdade e da capacidade de escolha. “Promover capacidades es promover áreas de libertad, lo que no es lo mismo que hacer que las personas funcionen en un determinado sentido” (p. 45). Ao afirmar isso, a autora chama atenção para o fato de que as capacidades não podem ser medidas em valor real, quantificadas como um conjunto de opções possíveis de se medir como índices; pelo contrário, capacidades possuem um valor próprio e único.

São as capacidades que garantem “la existencia de un espacio para el ejercicio de la libertad humana” (NUSSBAUM, 2012, p. 45), da possibilidade de escolha e constituição da vida de cada um e cada uma. Nesse sentido, as capacidades estão ligadas à questão do respeito a uma pluralidade de visões acerca da vida. Essa questão deve ser aplicada em sociedade pelo próprio Estado e pelas pessoas. Conforme a autora, “constituye realmente una violación tal de la libertad que hace que la vida de las personas sea incompatible con la dignidad humana” (p. 47). Nesse sentido, o Estado precisa garantir que essas capacidades sejam promovidas e respeitadas, não vistas como obrigatórias por vezes, como é o caso da aplicação de determinadas leis ou até mesmo da aplicação dos Direitos Humanos⁸.

Quais capacidades podem ser eleitas como importantes, ou “¿Por dónde comenzaríamos a la hora de seleccionar las capacidades sobre las que queremos centrarnos? Buena parte de la respuesta a esa pregunta depende del fin que persigamos” (NUSSBAUM, 2012, p. 49). Nessa escolha entre capacidades consideradas centrais é preciso que se tenha certa ponderação, pois, ao elegê-las, corre-se o risco de estar comparando nações ou capacidades importantes para algumas ou talvez distanciando-se de outras capacidades que também podem ser importantes para as demais sociedades. O melhor, segundo a autora, é

⁸ Nussbaum (2014) estabelece algumas diferenças entre a teoria das capacidades e os direitos humanos, que serão aqui explicitadas. Para a autora, as capacidades e os direitos humanos encontram-se intimamente ligados, mas diferenciam-se em aspectos burocráticos ou até de interpretação. A teoria das capacidades oferece maior precisão aos direitos humanos, pois estes parecem pouco transparentes, sujeitos a diversos tipos de interpretação. Há divergência quando se interpreta os direitos ao referir-se apenas às pessoas individualmente ou se também devem referir-se aos agrupamentos de pessoas. A autora defende que a teoria das capacidades está em vantagem por apresentar posições claras perante assuntos polêmicos que são gerados na teoria dos direitos humanos. Segundo ela, a melhor forma de garantir os direitos fundamentais seria considerá-los em termos de capacidades, pois assim seriam garantidos com maior eficácia se as capacidades, para serem exercidas de fato existirem. Muitas vezes, os direitos humanos são demasiado normativos e pouco efetivos; eles tem sido encarados como proibições à intervenção do Estado, ao qual deveria caber uma ação passiva, partindo do pressuposto de que esses direitos estão garantidos, restando-lhes serem cumpridos.

considerar o enfoque que a elas pode se atribuir, dependendo das necessidades de cada sociedade.

Nessa perspectiva, chega-se a noção de dignidade humana e de vida digna que, ao que parece, remonta ao enfoque apontado por Nussbaum (2012, 2013, 2014) para ser o enfoque das capacidades centrais. Importante ressaltar que [...]: la dignidad es un elemento de la teoría, pero todos los conceptos empleados en esta se entienden como elementos interconectados entre sí y que, como tales, se explican y se esclarecen mutuamente. (2012, p. 49). Na expressão nussbauniana, pode-se interpretar a dignidade aproximada ao termo respeito e ambos considerados princípios importantes a considerar diante da vida.

A dignidade não é um conceito – ou uma capacidade – estático, ela é variável a partir do modo de vida dos cidadãos e cidadãs, exemplifica Nussbaum (2012) ao mencionar seres humanos com capacidades – ou deficiências – cognitivas, pois não apresentam a mesma condição, o mesmo patamar de capacidades do que outro ser humano que não possui tal privação. Nesse contexto, destaca-se o aspecto educacional como aquele que pode proporcionar o desenvolvimento ou o aprimoramento de determinadas capacidades quando há necessidade de auxílio. Não se pode negar a condição de dignidade humana a esses seres, mas contribuir com condições para que se possa buscar por condições humanamente dignas. Segundo a afirmação de Nussbaum (2012)

[...] la dignidad humana es desde un principio igual en todas las personas que son agentes. [...] Todos y todas, dicho de otro modo, merecen igual respeto de parte de las leyes y las instituciones. Si las personas son consideradas en su calidad de ciudadanos y ciudadanas, todas ellas tienen iguales derechos (p. 51).

Essa afirmação sustenta a igualdade de condição que deveria existir entre todos e todas; considera ainda a importância que as capacidades centrais possuem para o alcance dessa forma de igualdade e, conseqüentemente, de condição de dignidade humana.

As questões abordadas até o momento direcionam a uma pergunta valorosa mencionada por Nussbaum (2012): “[...] ¿qué se necesita para que una vida esté a la altura de la dignidad humana? Lo mínimo y esencial que se exige de una vida humana para que sea digna es que supere un nivel umbral más que suficiente de diez capacidades centrales. (2012, p. 53). Para tanto, a autora apresenta, então, as capacidades consideradas por ela como centrais, ou essenciais, para que a vida humana seja digna.

2.2 As capacidades humanas centrais: perspectiva nussbauniana

Nussbaum (2014) é considerada pioneira na elaboração de uma lista de capacidades, conhecida como as dez capacidades centrais, ou seja, aspectos essenciais a serem cultivados para o pleno desenvolvimento dos cidadãos e cidadãs, além de desempenhar um papel relevante diante de garantias constitucionais às nações. As capacidades, segundo a autora, compõem uma lista específica “[...] de Capacidades Humanas Centrais que sirva simultaneamente de instrumento de comparação da qualidade de vida e de formulação dos principais princípios políticos que possam desempenhar um papel relevante na área de garantias constitucionais fundamentais” (2014, p. 41).

Argumenta que a lista proposta não é fechada ou absoluta, mas pode-se acrescentar capacidades que se julguem essenciais para a vida humana ou até mesmo contestar aquelas que não se julguem necessárias. Considera-as como requisitos imprescindíveis para uma vida com dignidade, logo, para a qualidade de vida. Desse modo, para que uma sociedade possa ser considerada justa, precisaria integrar um nível mínimo dessas capacidades constitucionalmente, fazendo-as valer na prática. As capacidades apresentada por Nussbaum são

1. **“Vida.** Para a autora, toda pessoa deveria poder viver até o fim uma vida com uma duração normal, essa vida não poderia ser interrompida prematuramente ou devido à própria vida ser de tal forma reduzida que não valha a pena ser vivida.
2. **Saúde física.** Poder desfrutar de uma boa saúde, inclui a saúde reprodutiva; poder ser convenientemente alimentado; ter um abrigo apropriado.
3. **Integridade física.** Poder deslocar-se livremente de um lugar para outro; ter proteção contra assaltos violentos, incluindo o assédio sexual e a violência doméstica; ter oportunidade de decisão nos domínios da reprodução e da satisfação sexual.
4. **Sentidos, Imaginação e Pensamento.** Poder utilizar os sentidos – imaginar, pensar e argumentar e poder fazê-lo de modo “autenticamente humano”, informado e aperfeiçoado por uma educação adequada que inclua (mas não se limite a) a capacidade de ler e escrever, de perceber e interpretar aquilo que é lido, e ainda, a experimentação científica e matemática. Poder utilizar a imaginação e o pensamento aplicando ambos em experiências e produções da própria escolha: religiosas, literárias, musicais, etc. ser capaz de aplicar o próprio pensamento em áreas salvaguardadas pela garantia da liberdade de expressão como a liberdade política e artística e a prática religiosa. Poder desfrutar de experiências agradáveis e evitar a dor que não seja benéfica.
5. **Emoções.** Poder estabelecer ligações afetivas com as coisas e com as pessoas; amar os que nos amam e se ocupam de nós e sofrer com sua ausência; em termos mais genéricos, poder amar, sofrer, sentir ansiedade, gratidão e zanga legítima. Não estar sujeito à deterioração do desenvolvimento emocional devido ao medo ou à ansiedade. (apoiar esta capacidade significa dar apoio às formas de associação que sejam decisivas para o seu desenvolvimento).

6. Razão Prática. Poder formar uma concepção do bem e poder dedicar-se a uma reflexão crítica sobre o planejamento da própria vida. (o que exige proteção da liberdade de consciência e da prática religiosa).

7. Associação.

A. Poder viver com e ara os outros, poder estar empenhado em diversas formas de interação social; poder imaginar a situação em que se encontram os outros seres humanos. (proteger esta capacidade significa apoiar as instituições que representem e animem tais tipos de associações, assim como defender a liberdade de reunião e de discussão política).

B. Ter uma base social de apoio à auto-estima e à não humilhação. Ser tratado como um ser humano digno, cujo valor é igual ao dos outros. (o que exige a existência de uma abundante documentação oficial que não seja discriminatória relativamente à raça, ao sexo, à orientação sexual, à etnia, à casta, à religião, à origem, etc.).

8. Outras espécies. Poder estar preocupado com os animais, as plantas e o mundo natural, e ter um sentido de responsabilidade perante eles.

9. Brincar. Poder rir, divertir-se e desfrutar de atividades recreativas.

10. Domínio obre o próprio ambiente.

A. Política. Ter capacidade efetiva para participar nas decisões políticas que regulam a própria vida; ter direito à participação política e à proteção da liberdade de expressão e de associação.

B. Material. Poder ter bens, móveis e imóveis, e ter direitos de propriedade em igualdade de circunstâncias com os outros; ter direito à procura de emprego em igualdade de circunstâncias com os outros; ter direito a proteção contra mandatos não justificados de captura ou de apreensão de bens. Poder trabalhar como um ser humano que utiliza a razão prática e cria uma relação de reconhecimento mútuo com os outros trabalhadores (NUSSBAUM, 2014, p. 42-44).

A teoria das capacidades é considerada por Nussbaum (2013) central nas discussões e defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs. É necessário interpretá-las com instrumentos de comparação de qualidade de vida das pessoas e, ainda, possibilitar a formulação de princípios políticos que possam desempenhar papel importante no desenvolvimento de sociedades com garantias constitucionais (2012). Para ela,

Las capacidades pertenecen, en primer y prioritario lugar, a las personas individuales, y sólo luego, en sentido derivado, a los colectivos. El enfoque propugna un principio según el cual cada persona es un fin en si misma. Estipula que el objetivo es producir capacidades para todas y cada una de las personas, sin usar a ninguna de ellas como medio para las capacidades de otras ni para las de conjunto (NUSSBAUM, 2012, p. 55).

A teoria desenvolvida pela autora não é considerada um documento oficial, mas ela a declara como um conjunto de direitos mínimos, de possibilidades à vida humana, similar aos direitos humanos e compondo um nível mínimo de condições às quais todos e todas deveriam ter acesso para uma vida minimamente digna.

A teoria das capacidades remete à ideia de desenvolvimento humano das sociedades e, a essa ideia, a autora relaciona outro fator importante: a perspectiva da formação humana. Mas: por qual razão? A autora argumenta que a formação dos cidadãos e cidadãs proporciona melhor desenvolvimento das capacidades combinadas; logo, amplia o desenvolvimento

humano (real, não apenas numérico) das sociedades. Nesse sentido, a educação pode ser considerada uma atividade fértil e significativa para se alcançar a condição de respeito, igualdade e, portanto, o funcionamento das capacidades centrais como um todo.

A educação proporciona o desenvolvimento de oportunidades ao ser humano e pode ser considerada, em partes, responsável por preparar para o desenvolvimento, autodesenvolvimento e participação ativa em sociedade, seja de modo social, político ou econômico. Pode-se associar à educação também a tarefa de auxiliar no desenvolvimento das capacidades humanas. Nussbaum (2014) justifica isso ao afirmar que

As capacidades proporcionam-nos uma forma atrativa de aprofundar o conteúdo padronizado do conceito de desenvolvimento, tanto quanto as nações são comparadas entre si por medidas internacionais de bem-estar, como quando cada uma delas tenta desenvolver um esforço a nível interno para alcançar um maior grau de desenvolvimento para seu povo (p. 27).

Nesse contexto, a filosofia, como parte integrante das humanidades, possui papel importante, pois o conjunto de capacidades internas precisa estar associada a um conjunto de capacidades combinadas para o bom desenvolvimento (funcionamento) do cidadão e cidadã e, é por meio da educação formal, proporcionada também por essa área de conhecimento, que as capacidades combinadas podem ser potencializadas e aprimoradas, possibilitando a participação ativa em sociedade.

Diante desse contexto, associando a teoria das capacidades e a educação formal como responsável pelo aprimoramento das capacidades centrais, torna-se possível lançar questionamentos sobre a educação fornecida por muitas das nações, onde prioriza-se formação para a técnica, ou treinamento, desde a infância e nem sempre há compreensão, por parte dos estudantes, do processo educacional ao qual estão inseridos e acabam sendo incluídos em um modelo de formação nesses moldes, distanciando-se da formação mais humana fornecida pelas humanidades, notadamente pela filosofia.

Nussbaum (2013) acredita que a vertente das capacidades deveria primar por uma educação que promova o desenvolvimento de habilidades capazes de levar o sujeito, desde a infância, a fazer o exame crítico – autoexame socrático –, desenvolver a imaginação e a empatia diante da sociedade e do mundo. Essas habilidades são consideradas por muitos como esquecidas ou vistas com pouco interesse, pois não promovem um desenvolvimento de acordo com o interesse econômico.

Diante disso: a quem caberia a educação voltada para as capacidades? “¿Cuál sería el mejor camino que seguir para obrar en pos de un futuro en el que puedan satisfacerse las exigencias de todas las capacidades?” (2012, p. 58). Nussbaum (2015) defende que o Estado é quem deveria ser responsável para promover essa forma de educação e que pudesse incentivar junto a isso uma democracia responsável e, ainda, as pessoas devem ter o dever moral de concretizar essas capacidades em suas ações cotidianas. Pode-se dizer que

Las capacidades de la lista son bastante abstractas: ¿quién las concreta mejor? La respuesta a esa pregunta se encuentra, sobre todo, en el sistema de derecho constitucional de cada nación [...]. Los países tienen cierto margen para desarrollar esas capacidades de forma diferente en función de sus distintas tradiciones e historias. La comunidad mundial plantea problemas particularmente especiales de especificación porque no existe un gobierno global (2012, p. 60).

As capacidades em questão são aspectos elencados pela autora como importantes para o desenvolvimento humano. Porém, não há maneira de fazer com que sejam postos em prática efetivamente, pois isso depende de cada nação, das leis aplicadas em cada nação e que levem em consideração as capacidades. Segundo Nussbaum (2012), seria possível a efetivação se houvesse um governo global, ou seja, se os interesses, principalmente políticos, fossem buscados em conjunto pelas nações e isso possibilitasse mais diálogo.

A autora defende ainda que o enfoque das capacidades poderia ser uma alternativa ao PIB de um país, pois levaria em consideração o desenvolvimento humano, a expansão do ser humano. Porém deveria ser bem planejado e aplicado, de modo a considerar os aspectos (capacidades) humanos de fato, não apenas numericamente. O desenvolvimento humano almejado por Nussbaum (2014) requer que as capacidades sejam consideradas como importantes para toda e qualquer pessoa e “[...] cada pessoa deve ser tratada como um fim em si e não como um meio para servir a fins de outros (p. 41-42). Ou seja, cada cidadã e cidadão deve ser visto a partir de suas capacidades, potencialidades e oportunidades diante da sociedade.

A ideia central nas discussões desenvolvidas pela autora é de que a vida humana, para que possa ser considerada digna, precisa considerar as capacidades como importantes. Segundo Nussbaum (2013) o enfoque das capacidades pode ser considerado uma espécie de abordagem dos direitos humanos, pois ambas as teorias associam a ideia de dignidade (porém os direitos humanos são formalizados em documentos das Nações Unidas).

A teoria das capacidades, diferente da teoria dos direitos humanos, não está associada a tradições históricas ou culturas específicas, mas, sim, a uma questão de compreensão do ser

humano como único, entendido como um ser de potencialidades e em constante desenvolvimento.

Ao abordar a teoria das capacidades, Nussbaum (2014) considera que pensar a abordagem das capacidades contribui para resolver, inclusive, alguns problemas de justiça social que acabam não sendo considerados ou resolvidos por outras teorias liberais. Nesse cenário, é possível refletir sobre questões relativas à educação, a qual muitas vezes sofre interferências mercantis em detrimento de uma formação que possa considerar aspectos humanos, como é o caso das capacidades.

A educação faz parte daquilo que a autora chama de bem fundamental e, por meio dessa, é possível considerar aspectos de uma formação mais alargada do ser humano, uma formação mais humana que possibilite compreender as capacidades como pertencentes às pessoas individuais e, a partir disso, relacioná-las à uma coletividade. O acesso igualitário à educação básica para todos e todas seria uma das alternativas ligadas à formação inicial.

A educação contribui para a formação dos cidadãos e cidadãs. Mas, quanto à implementação da teoria das capacidades: a quem caberia para que uma sociedade pudesse desenvolver-se de modo a considerar as potencialidades de cada um e cada uma? Nussbaum (2014) considera a possibilidade de ser por intermédio de constituição escrita que contemple a visão de direitos mínimos, básicos e fundamentais a todos e todas. A falta de um governo global impossibilita, por vezes, a efetivação de uma lista de capacidades, segundo a autora.

A teoria das capacidades não é obrigatória a nenhuma nação, mas pelo fato de que elas podem garantir amplo espaço às escolhas, à autonomia das pessoas, pode-se pensar em garanti-la constitucionalmente. Ela permite/possibilita o melhor desenvolvimento das pessoas, mas não obriga o estado a cumprir certos requisitos, como é o caso da teoria dos direitos humanos.

Ainda nessa perspectiva, Nussbaum (2012) acrescenta que “[...] el respeto por la dignidad humana obliga a que los ciudadanos e ciudadanas estén situados por encima de un umbral mínimo amplio (y específico) de capacidad em todas y cada una de las diez áreas” (p. 56). Nenhuma nação pode ceder demais a certas capacidades ou privar de outras, pois todas as capacidades precisam ser garantidas de maneira equitativa. Às vezes, as condições sociais das pessoas não permitem que elas tenham acesso mínimo às capacidades; por essa razão afirma a importância da participação do Estado no que tange à garantia da aplicabilidade.

A teoria das capacidades, além de contribuir para o desenvolvimento individual dos cidadãos e cidadãs, pode ser compreendida como um ponto de partida para a legitimação de

princípios políticos pelo mundo todo; ainda, de participação política efetiva de todos em decisões que envolvam os rumos de cidades, estados ou nações. Pela importância intrínseca que as capacidades possuem, elas não podem ser negociáveis, sendo essenciais para o desenvolvimento de todos e todas na sociedades.

A lista das capacidades “[...] é muito pequena, nela existe um espaço não preenchido que lhes permite dar relevância a outros aspectos a que atribuam valor na organização de suas vidas” (Nussbaum, 2014, p. 57). Ou seja, a lista proposta pela autora permite que as capacidades/direitos fundamentais possam ser ampliadas a outros aspectos considerados relevantes para a formação integral do indivíduo. E, ainda, associados a essas, é possível reconhecer como fundamentais ao ser humano os aspectos ligados às condições de trabalho, bem-estar emocional, a criatividade.

Nesse sentido, as capacidades centrais possuem ligações entre si, mas Nussbaum (2012) considera que para que todas as capacidades sejam valorizadas ou postas em prática, duas delas são primordiais: a razão prática e a associação. A razão prática por permitir a todos e a todas a capacidade de escolha, de saber agir, entendida como a liberdade que se tem diante das possibilidades da vida. E, afiliação (ou associação) diz respeito à capacidade de escolha de todos e todas diante de políticas públicas, ou seja, assuntos de interesse social, de relações que ocorrem no núcleo das sociedades e que contribuem para o seu funcionamento.

A partir da interpretação de Nussbaum (2012, 2013, 2014) é possível considerar que a teoria das capacidades não pretende por si só resolver problemas ou questões sociais, mas propõe garantir um mínimo de dignidade e possibilitar reconhecer as condições/possibilidades daquilo que os cidadãos e cidadãs são capazes de ser e fazer. Portanto, proporcionar as capacidades é um requisito essencial.

Importante ressaltar que a teoria das capacidades não pretende igualdade no sentido material, mas que as pessoas devessem ter equidade de condições de acesso com relação à educação, saúde, ao trabalho, lazer, entre outros. “[...] el enfoque de las capacidades nos indica que es lo que debemos considerar relevante o destacado, pero no nos dicta una asignación definitiva de pesos ni una decisión nítida e inconfundible” (NUSSBAUM, 2012, p. 62). Além disso, não há como estabelecer um limite, um nível ou condições de acesso às capacidades comparando nações, pois variam as condições de vida, acesso a bens e possibilidades de desenvolvimento de uma nação à outra.

As pessoas não podem ser consideradas nas mesmas condições, com as mesmas capacidades. Para Nussbaum (2012) “cada capacidad tiene importancia por sí misma y todos

los ciudadanos y las ciudadanas deberían ser aupados por encima de los umbrales de las diez capacidades, sin excepción” (p. 65). Por conseguinte, isso nos lembra Sócrates, o qual pretendia, através de seu método, fazer com que os cidadãos pudessem trazer à luz suas próprias ideias e concepções e, dessa forma, desenvolver sua capacidade de escolha, sua autonomia no meio social, político e econômico.

3 O CULTIVO DAS HUMANIDADES: POR UMA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA DE FORMAÇÃO

3.1 Síntese introdutória: o cultivo da humanidade de Martha Nussbaum

A educação liberal, entendida como a perspectiva humanista de formação, é abordada por Nussbaum (2005) como uma alternativa ao modo como a educação vem sendo pensada e praticada nos meios escolares e acadêmicos, sendo essa a concepção de educação voltada para o lucro, para o mercado. Nussbaum (2005), reitera a perspectiva humanista de formação e de que essa relaciona-se com a formação do cidadão e cidadã e, como consequência, a formação do cultivo da humanidade. Para abordar essa concepção de formação, faz-se necessário aprofundar três capacidades essenciais para a constituição do cidadão democrático, constadas na lista das dez capacidades apresentadas no capítulo anterior, sendo elas: o autoexame socrático, cidadão do mundo e imaginação narrativa.

A primeira capacidade refere-se ao autoexame, traduzido na vida examinada (cunhada por Sócrates), pois esta é capaz de desenvolver a habilidade de pensar racionalmente. A segunda, cidadão do mundo, é capacidade de desenvolver empatia pelo outro e pela diversidade cultural existente no meio social. E, a terceira refere-se à imaginação narrativa, isto é, à capacidade de imaginar-se no lugar do outro, vivenciando outras experiências, emoções, conhecimentos e ser um leitor inteligente da história de outras pessoas.

Martha Nussbaum (2005), afirma que seu enfoque de estudos sempre foi e continua sendo filosófico. Argumenta em favor de uma norma particular de cidadania e, a partir desta, estabelece propostas educacionais com base nesse ideal. Para a autora, não caberia escrever a filosofia separadamente da vida real, já que é importante construir suas propostas com base no atual trabalho de formação desempenhado pelas universidades.

A construção de conhecimento, através da educação formal e informal, possui uma base empírica e a necessidade do autoexame proposto por Sócrates se faz presente. Nussbaum argumenta em favor de propostas educacionais que levem em consideração a cidadania e, para tanto, a presença da filosofia. Destaca a importância de que os espaços de formação não façam propostas educacionais tão abstratas e inúteis, distantes da realidade dos alunos ou apenas com ideal tecnicista-mercadológico (NUSSBAUM, 2005).

Em *El Cultivo de la Humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal*, Martha Nussbaum (2005), tem como objetivo transmitir o sentimento de ‘vida’, de

experiências vivenciadas, nas mais variadas instituições educacionais, para que assim se possa ter uma noção clara das mudanças que vêm ocorrendo na educação e na vida dos estudantes.

Nussbaum (2005) realizou pesquisas sobre a Educação Superior em diferentes instituições de ensino (públicas e privadas) dos Estados Unidos. Para isso, ela menciona que realizou entrevistas com o intuito de obter depoimentos com o corpo docente composto por especialistas em filosofia, estudos clássicos e teoria política, acerca da presença da disciplina de filosofia nos mais variados cursos de graduação dessas instituições. Nessa pesquisa foi solicitado aos envolvidos que descrevessem os esforços da instituição na incorporação de novas práticas educacionais, como, por exemplo, o uso da investigação socrática. Além disso, Nussbaum teve acesso aos materiais (didáticos e leituras complementares) nos quais as instituições baseavam seus ensinamentos, sendo esses com vistas à uma formação voltada ao aspecto humanista, uma formação que possa tornar o sujeito capaz de interpretar criticamente sua realidade

De acordo com Nussbaum (2005), a educação superior dos Estados Unidos passa constantemente por mudanças; os currículos passam a abordar questões voltadas aos povos não ocidentais e minorias étnico-raciais, experiências e realizações das mulheres, história e interesses de grupos homossexuais, entre outras. Essas mudanças, frequentemente, são apresentadas pela mídia como ameaças diante de critérios tradicionais de excelência acadêmica ou diante das normas tradicionais de cidadania.

Atualmente, o corpo docente e os estudantes de educação superior, nos Estados Unidos, se esforçam por resolver problemas de diversidade humana, talvez não mostrados pela mídia, que muitas vezes prefere sensacionalismos. É importante observar e avaliar as mudanças que estão ocorrendo nas universidades americanas, bem como questionar o que está sendo feito pelos docentes e estudantes diante dos problemas da humanidade, ou ainda, que tipo de cidadãos estão sendo formados nestes estabelecimentos de ensino.

Para Nussbaum (2005), a educação superior nos Estados Unidos está em bom estado de saúde, apesar da onda neoliberal existente, pois há muitos professores jovens, talentosos e dedicados nestas instituições, refletindo sobre os difíceis temas que relacionam educação com cidadania. Esses professores são intensamente comprometidos com a missão da educação superior e ensinam a seus alunos estratégias para despertar o pensamento reflexivo e racional.

São citados por Nussbaum (2005) alguns exemplos de como o ensino ocorre em algumas universidades americanas. Estes incluem estudos de filosofia, arte, religião e diversos temas de interesse, pois auxiliam na construção de uma formação mais humana. Na maioria

destas instituições, os professores relatam o modo como ensinam seus alunos a pensar criticamente a cultura e a realidade, utilizando, para isso, o questionamento filosófico baseado no método socrático. Este método permite que cada um saiba propor e defender seus argumentos, além de saber colocar-se na posição contrária à sua e defender aquilo que nem sempre acredita de imediato. Essa estratégia que era utilizada por Sócrates, traduzia-se na sua missão de educar: não apenas mostrar o caminho, mas fazer com que cada estudante o descubra por si só.

3.2 O autoexame socrático como modelo ideal de formação

Quando pensamos na relação da educação liberal com a condição de cidadão, estamos voltando a uma questão antiga de educação, que remonta aos gregos, a saber, a educação socrática. Atualmente, uma proposta curricular que tenha relação com a cidadania precisa abordar a multiplicidade, pois a unicidade leva ao individualismo que, como consequência, não torna o indivíduo capaz de viver em uma sociedade democrática, de viver valores democráticos. O fato de vivermos em uma sociedade heterogênea, multicultural e multinacional é inegável e isso já é algo que nos põe diante da responsabilidade com o outro e com o amanhã (NUSSBAUM, 2005).

O método de Sócrates era levar o jovem a aprender a pensar de maneira crítica sobre as questões sociais e as normas morais, aprender a elaborar seus próprios argumentos e ser livre de qualquer imposição de autoridade. Sendo assim, o controle e a dominação dos governantes sobre os governados passam por rompimentos, tendo em vista que a concepção de educação socrática traz à sociedade mudanças no modo de pensar e agir, tornando-os sujeitos autônomos e críticos. Tais circunstâncias levam a refletir sobre as mudanças que ocorrem na educação, o que possibilita a reflexão e o autoexame, como concebeu Sócrates em seu tempo (NUSSBAUM, 2005).

Segundo Nussbaum, “los lectores reciben la imagen de una élite totalitaria y altamente politizada que está tratando de imponer una visión políticamente correcta de la vida humana” (NUSSBAUM, 2005, p. 20). Por isso, qualquer forma de educação ou questionamento, que fuja dos padrões tradicionais, será vista como ruim. A educação tradicional revela uma nostalgia por tempos em que já na Grécia antes de Sócrates prevalecia a obediência, uma forma de educação mais regulada, por isso a desconfiança diante do novo modo de pensar. É

importante que os alunos desenvolvam a capacidade de argumentar, assim como pretendia Sócrates com os jovens de sua época.

Ao fazer uso do método socrático, os professores levam os alunos a utilizarem técnicas de aprendizagem para o exame de si – autoexame - desenvolvem debates morais atuais, situações que são enfrentadas no dia a dia. Assim, os professores formam os futuros cidadãos e cidadãs, em uma época de diversidade cultural e crescente internacionalização. Esses são chamados a discutir e tomar decisões sobre diversas questões e, para isso, é preciso preparação, saber argumentar diante dos problemas (NUSSBAUM, 2005).

Cada vez mais deve-se estar preparado para discutir/argumentar pois assim podem-se resolver problemas de forma dialógica e formar uma sociedade mais humana e democrática. A ausência de uma educação nestes termos leva a uma concepção reduzida de conhecimento e à exclusão social, fenômeno nocivo e que poderá se manifestar das mais variadas formas. Além do mais, segundo Nussbaum (2005), “la exclusión de las personas del mundo del conocimiento, y la exclusión de sus vidas en ese mismo mundo, iban de la mano” (p. 26). Para formar bons cidadãos, é necessária uma educação que objetive mudança, que seja heterogênea, que apresente o que um cidadão ativo deve saber para viver em sociedade, para ser cidadão do mundo, vivendo seu contexto real e concreto, construindo a cidadania para o futuro (NUSSBAUM, 2005).

De acordo com Platão (2004), Sócrates costumava dialogar com os cidadãos atenienses na praça pública, fossem jovens ou velhos. Fazia-os tentar justificar seus conhecimentos, virtudes ou habilidades; levava-os a expressar suas opiniões para, em seguida, questionar a respeito daquilo que carregavam como verdades. O questionamento de Sócrates era um modo de fazer com que o cidadão/interlocutor reconhecesse sua ignorância e, a partir disso, fazer renascer a consciência de si mesmo, ou seja: o despertar para o conhecimento de si mesmos através do autoexame.

Com isso, a missão de Sócrates - como educador e cidadão ateniense - era despertar no cidadão a consciência de si; ele afirmava que a maior sabedoria seria reconhecer a própria ignorância. Não se considerava mestre de ninguém, apenas aquele que mostra o caminho que deve ser percorrido por cada um na busca pelo conhecimento. A sua missão era levar os homens a buscar o autoconhecimento, menosprezando os preconceitos sociais de Atenas. Considerava que, se bem conduzido pelo processo educativo, qualquer cidadão poderia possuir conhecimento pelo abandono da mera opinião e pela reflexão sobre aquilo que acredita (PLATÃO, 2004).

O autoexame de Sócrates, abordado por Nussbaum (2005), é uma forma de defender uma educação que leve o sujeito à autonomia, uma formação que remete às humanidades. Ela afirma que “El antiguo debate entre Sócrates y sus enemigos es valioso para nuestras actuales controversias educacionales” (NUSSBAUM, 2005, p. 35). Isso por que do mesmo modo que Sócrates foi acusado de corromper a juventude de seu tempo por levar o cidadão ao autoexame, as universidades estão sendo acusadas por proporcionarem aos jovens um pensamento crítico e levá-los ao questionamento, o que não é bom aos olhos de governantes e da elite dominante de sociedades neoliberais contemporâneas.

A educação socrática leva os alunos a pensar por si mesmos, questionar e desafiar a tradição. Por essa razão é que a atitude de Sócrates era considerada perigosa em seu tempo e que, atualmente, as disciplinas ligadas às humanidades correm o risco de serem retiradas das instituições de ensino. Um aluno que pensa, reflete e questiona, é um aluno que incomoda e desacomoda. Nesse sentido, a obrigatoriedade da disciplina de filosofia é uma maneira de tentar fazer com que os estudantes mais passivos possam rever seus conceitos e passem a pensar mais por si, a defender mais seus argumentos e a reavaliar as suas crenças. O atual reconhecimento da pobreza dos argumentos poderia ser comparado com o reconhecimento da ignorância socrática (NUSSBAUM, 2005).

A filosofia não é uma disciplina distante e abstrata, mas está entrelaçada com as experiências cotidianas. Do mesmo modo, o método dialógico de Sócrates está inserido nas discussões diárias. As pessoas, quando incentivadas a pensar por si, questionam, à maneira de Sócrates, e passam a compreender questões importantes para suas vidas, ampliando seus horizontes do conhecimento (NUSSBAUM, 2005).

Pelas visitas e entrevistas realizadas em universidades dos Estados Unidos, Nussbaum (2005) pôde identificar que os alunos seguem os pensamentos de Sócrates ao apresentarem seus pontos de vistas e seus argumentos, cada vez mais ligados à análise e à crítica. Aquilo que estudam na disciplina de filosofia não fica distante de sua realidade, pois aprendem a analisar, argumentar e discutir cuidadosamente sobre assuntos atuais e a pensar criticamente sobre seus pontos de vista. A autora acredita que esse modo de fazer filosofia e pensar de modo crítico incomoda a muitos, do mesmo modo que perturbava na Grécia na época de Sócrates, pois esse modo de pensar e argumentar distancia-se dos costumes e tradições, provoca mudanças nem sempre esperadas ou aceitas.

A filosofia e a capacidade argumentativa perturbam a sociedade de modo amplo, geralmente desafiando o *status quo* vigente. Em sua época, Sócrates foi acusado de ser contra

a democracia, pois as pessoas passaram a questionar o governo e suas ações no seio da sociedade. Mas, de acordo com Nussbaum, “la argumentación socrática no es antidemocrática” (2005, p. 39). Pelo contrário, a intenção da atitude dialógica de Sócrates era despertar no cidadão questões referentes à pólis, formando para uma cidadania democrática.

Contemporaneamente, esse julgamento também acontece e, como defendia Sócrates em sua época, a atitude dialógica, inquietante e investigativa é essencial para a democracia, para o bom funcionamento da sociedade e para a busca da justiça. A democracia que pretendia Sócrates era reflexiva e deliberativa, que leva em consideração os interesses comuns dos cidadãos, que todos sejam considerados cidadãos de fato e não uma forma de governo centrada em grupos de interesse e de dominação (NUSSBAUM, 2005).

O pensamento crítico é capaz de produzir uma democracia baseada no diálogo legítimo, na capacidade socrática de raciocinar sobre sua realidade, seus argumentos e suas crenças. A argumentação passa a ser uma forte ferramenta para a organização da sociedade, e para garantir que ocorra uma democracia de fato (NUSSBAUM, 2005).

Por essa razão, Nussbaum afirma que

la educación liberal en nuestras escuelas superiores y universidades es - y debe ser - socrática, dedicada a la tarea de activar en cada estudiante una mente independiente y producir una comunidad que pueda verdaderamente razonar en conjunto sobre un problema, y no simplemente intercambiar alegatos y contra legatos (2005, p.40).

Uma educação que pretenda a autonomia e que leve em consideração o desenvolvimento crítico, é capaz de criar cidadãos que, apesar de inseridos em uma família e em uma tradição, sejam capazes de identificar os problemas e as injustiças sociais e que sejam preparados para atuar, tornando-se capazes de resolver tais problemas. A isso Nussbaum (2005) deu o nome de autonomia democrática, sendo essa necessária para a “saúde” da sociedade.

O desenvolvimento da democracia ocorreu inicialmente na Grécia Antiga, por pensadores locais que apoiaram a relação entre a questão pública e a necessidade de organizar a sociedade. O espaço público – praça – era utilizado para apresentar as questões culturais da época; moldava-se a cultura e promovia-se o debate público (ainda que reduzido a uma pequena parcela da população). Sócrates utilizou este espaço para fazer o uso da argumentação filosófica e, também, despertar nos cidadãos, de acordo com os interesses de cada um, a atitude crítica.

Sócrates se destaca nesta sociedade pelo seu conhecimento e pela sua capacidade de envolver seus interlocutores também na busca pelo conhecimento. Seu método – como já apresentado – baseia-se no diálogo e leva o interlocutor a reconhecer sua ignorância e a livrar-se das opiniões e contradições. Os questionamentos perpassam por conceitos políticos, questões como igualdade, justiça, lei, moral, entre outras. Sócrates utiliza a expressão *‘só sei que nada sei’* como representação do método, onde ele questiona não por não possuir o conhecimento, mas para saber até onde o interlocutor é capaz de chegar com seus argumentos, os quais são *‘destruídos’* e/ou reconstruídos através do diálogo (NUSSBAUM, 2005).

Do mesmo modo que Sócrates desacomodava as pessoas ao abordá-las em praça pública, as universidades, os professores de filosofia em especial, devem desacomodar seus estudantes, causar inquietação, para que estes repensem seus conhecimentos, seus valores. Seguindo a lógica de Sócrates, a vida precisa ser examinada para valer a pena ser vivida. Portanto, a reflexão e o autoexame tornam-se componentes indispensáveis para a formação e para a vida dos sujeitos, tendo em vista que é a partir dessa habilidade que torna-se possível a capacidade crítica e a autonomia, o constante questionar, o pensar de forma independente, ou seja, que a educação não se limite ao aprender ler e escrever, à reprodução daquilo que é ensinado, à passividade (NUSSBAUM, 2005).

As pessoas com as quais Sócrates conversava, na grande maioria, eram passivas diante da realidade; suas ações repetiam a tradição, pela qual haviam sido moldados. Os costumes, crenças e conhecimentos não eram propriamente seus, mas convenções da sociedade da época. Não faziam o autoexame, não se perguntavam se havia outro conhecimento ou forma de fazer as coisas, outra orientação que pudesse ser seguida, ou seja, não havia o domínio de si. Nussbaum (2005) afirma que “el problema real es la pereza de pensamiento que caracteriza a estos ciudadanos democráticos, su tendencia a ir por la vida sin pensar sobre otras posibilidades y razones” (p.43). Segundo Nussbaum (2005), não é de se surpreender que agissem assim, pois a educação que receberam os fez pensar e agir desse modo. Se os cidadãos da época de Sócrates reproduziam aquilo que aprendiam, era tarefa primordial despertá-los para a busca de si mesmos. O método questionador era benéfico para o cidadão e para a democracia de seu tempo, como pode ser benéfico para as universidades e os alunos atualmente. Nesse sentido, se poderia afirmar que “el trabajo de Sócrates es ilustrar la contribución del examen racional, justificándolo tanto frente al amante de la tradición como ante el escéptico consciente de los juegos de poder” (NUSSBAUM, 2005, p.44).

O exame racional – socrático – faz pensar a respeito daquilo que é transmitido aos estudantes, dos ‘textos’ que a educação tradicional pede que sejam memorizados e reproduzidos, sem questionamento. Uma educação meramente reprodutora. É possível perguntar: por qual razão se devem seguir estas práticas? Esse modo de reprodução do conhecimento parece não ser uma tarefa democrática, nem capaz de formar cidadãos democráticos.

Seguir a tarefa de despertar o autoexame é auxiliar no desenvolvimento da capacidade democrática. Assim como Sócrates acreditava que todos possuíam essa capacidade, fossem homens livres ou escravos, jovens ou velhos, é possível hoje despertar em grupos ou sociedades excluídas o seu reconhecimento como cidadãos e com igual respeito, pois possuem a capacidade e o potencial para a autonomia racional, necessitando para tal, a materialização dessa capacidade através da educação. A escola e as universidades possuem atualmente uma importante contribuição para essa materialização.

Segundo Nussbaum, “Sócrates describió la vida examinada como el objetivo educacional central para la democracia” (NUSSBAUM, 2005, p.50). No entanto, como ele não deixou nada escrito e para conhecer suas ideias é preciso recorrer a seus discípulos, não existem tantas indicações sobre como esse ideal do exame racional poderia se concretizar diante da educação formal na modernidade. É necessário saber interpretar os ideais democráticos e adaptá-los ao contexto, às discussões e problemas da atualidade. Não se trata de um manual a ser seguido, mas de um método de trabalho, uma maneira reflexiva que possa ser capaz desse despertar de cada um.

Nussbaum (2005) reforça essa questão quando aborda que, já na época dos estoicos, a tarefa central da educação era a de enfrentar a passividade do aluno, fazer com que o mesmo buscasse seus próprios conhecimentos, argumentos, pensamentos e que soubesse defendê-los. O que é possível perceber, tanto nos antigos gregos e estóicos quanto atualmente, é essa passividade. As pessoas, muitas vezes, seguem e seguem opiniões e decisões que não são propriamente delas, mas reproduzem algo que muitas vezes pertence à tradição da sociedade ou representa uma forma de dominação, não possibilitando autonomia dos sujeitos.

Talvez, a falta do autoexame, da busca pelo conhecimento é o que leva o indivíduo à defesa de argumentos que não lhe pertencem. Segundo Nussbaum (2005, p. 51) “la argumentación crítica conduce al poder intelectual y a la libertad -por sí misma una notable transformación del propio yo, si antes el yo había sido indolente y perezoso -, y también a una modificación de las motivaciones y deseos del alumno”. A tarefa de despertar, motivar o

aluno está posta como uma tarefa dos docentes, sem desconhecer a necessidade de que o aluno também se disponha a participar deste processo.

O uso do argumento racional não impede que a tradição seja exposta ou que esta tente impor argumentos diante da sociedade, não impede também críticas por quem faz o uso desse tipo de argumento racional. No entanto, a indagação socrática permite que se pense sobre tais atitudes e a importância que se dá a esses atos, como combatê-los (NUSSBAUM, 2005).

3.2.1 A educação socrática e os pressupostos para a democracia

A educação socrática, segundo Nussbaum (2005), pode ser resumida em um conjunto de enunciados, considerados fundamentais para a educação democrática. O primeiro enunciado apresenta o argumento que

La educación socrática es para todos los seres humanos. De la idea socrática de que para un ser humano no vale la pena vivir la vida sin examen, junto con la propia creencia de que un cierto tipo de educación crítica y filosófica es necesario y (bien administrado) suficiente para una vida examinada al modo socrático, los estoicos extraen la conclusión de que ese tipo de educación es de esencial importancia para todo ser humano (NUSSBAUM, 2005, p. 52).

A educação, nesta perspectiva, considera que é de fundamental importância que o aluno possua o domínio de algumas capacidades como a leitura e escrita, a lógica e a matemática e um grande conhecimento sobre o mundo, pois desse modo desenvolve a capacidade argumentativa, realiza-se como ser humano e enriquece a educação superior (NUSSBAUM, 2005).

Nussbaum (2005) faz menção à educação superior nos Estados Unidos como um exemplo de educação que seguiu a linha socrática, talvez mais do que outras nações, na tentativa de proporcionar uma educação mais ampla. Segundo a autora, “efectivamente, Estados Unidos ha seguido esta línea socrática/estóica más cabalmente que cualquier otra nación, y ha tratado de construir una educación superior que combine la formación especializada preprofesional con una educación liberal compartida por todos los Estudiantes” (p. 53). A autora defende, dessa forma, um currículo de estudos comum e que considera essencial para a vida das pessoas.

Filósofos posteriores à Sócrates expandiram o acesso a esse modo de educação, argumentando em favor de uma educação igual para todos, sejam homens, mulheres, pobres, escravos ou excluídos. Essa expansão se deve à importância que Sócrates atribuía para a

educação a todos os seres humanos, associada à concepção de reconhecimento desses como seres humanos dignos de respeito e atenção. Mesmo concordando com esta concepção e citando a presença de um currículo comum para a formação e que contempla a linha socrática, Nussbaum argumenta que o ideal socrático não se efetiva por completo na prática, pois ainda existem muitos que não possuem acesso à educação básica e superior. As instituições de ensino realizam o exercício socrático quando questionam e reconhecem a todos a noção de humanidade, já que esta deve estender-se a todos os cidadãos (NUSSBAUM, 2005).

No segundo enunciado, Nussbaum (2005), apresenta que

La educación socrática debe adaptarse a las circunstancias y al contexto del alumno. Si se entiende la educación de forma socrática como el hacer aflorar la actividad del alma de cada uno, resulta natural concluir, al igual que lo hizo Sócrates, que la educación debe ser muy personal (p. 54).

Esse aspecto destaca a importância que a educação deve dar ao contexto no qual o aluno está inserido, com os conhecimentos que traz consigo, suas crenças e os obstáculos que o mesmo precisa superar para que alcance a liberdade intelectual. Essa é uma das razões que levaram Sócrates a interrogar as pessoas uma por uma, por suas particularidades e individualidades. A instrução individualizada é sempre um princípio para a educação socrática. Do contrário, a padronização do aluno e da aprendizagem proporcionada na educação tradicional torna-o mero repetidor, sem autonomia ou capacidade crítica e argumentativa.

Nussbaum (2005) apresenta que em debates recentes sobre a educação superior tem-se questionado se os currículos, seus requisitos e ordenamentos são em geral aspectos positivos, pois, ao prepará-los e aplicá-los raramente se leva em consideração a história de vida particular dos estudantes. O processo de educação deve ser algo natural e pessoal. Considerando que os mesmos possuem distintos conhecimentos e pontos de partida, tornam-se necessários diferentes enfoques nos currículos universitários.

O terceiro enunciado aborda a questão de que

La educación socrática debe ser pluralista, es decir, atenta a una diversidad de normas y tradiciones. No hay una manera más eficaz de despertar a los alumnos que enfrentarlos a modos diferentes de hacer las cosas en un área donde ellos creían que sus propios procedimientos eran neutrales, necesarios y naturales (NUSSBAUM, 2005, p.55).

O pluralismo presente na educação socrática permite estar atento à diversidade de normas e tradições pertencentes à sociedade. É necessário despertar nos alunos as diferentes maneiras de discutir e enfrentar questões como o bem-estar humano, ou questões de gênero, raça e religião. É importante perceber que seu modo de pensar e agir não é único e que existem diferentes sociedades e maneiras de organização. Neste sentido, o questionamento socrático desperta a questão do pluralismo e possibilita enfrentar dialogicamente a complexidade que brota deste (NUSSBAUM, 2005).

E, por fim, o quarto aspecto, afirma que “La educación socrática requiere garantizar que los libros no se transformen en autoridades” (NUSSBAUM, 2005, p. 56). Contrariamente a uma educação repetitiva e à internalização de conceitos é que Sócrates pregou a educação baseada no raciocínio ativo.

Sócrates nada escreveu e, segundo os relatos de Platão, ele acreditava que os livros – didáticos - poderiam produzir no estudante um falso conceito de sabedoria e que “Los libros no estan vivos. En el mejor de los casos, son simples recordatorios de la excelencia del pensamiento, pero ciertamente no pueden pensar. A menudo sin embargo, su prestigio resulta tan grande que en verdad adormecen a los alumnos [...]” (NUSSBAUM, 2005, p. 56).

Ao acreditar passivamente na palavra escrita, os alunos não desenvolvem por si a capacidade crítica e argumentativa. A acumulação de conceitos os faz crer cada vez mais na tradição e não argumentar a favor ou contra aquilo que é feito por sua cultura, por exemplo. Além disso, os livros carecem de uma capacidade de atenção e sensibilidade diante da real atividade filosófica.

A maneira de gerar cidadãos verdadeiramente livres, no sentido socrático, é através da formação da capacidade de raciocinar por si mesmos e argumentar criticamente, diferenciando assim argumentos com validade daqueles considerados fracos. Normalmente, os estudantes não detectam falsos raciocínios ou conceitos, não examinam, por exemplo, os discursos políticos que acompanham na televisão. A contribuição que Sócrates considerou central para a construção da cidadania é justamente essa capacidade de compreender e raciocinar (NUSSBAUM, 2005).

Mesmo assim, a razão socrática não está livre de oposição nas atuais universidades, pois enfrenta posições conservadoras, que consideram que os argumentos socráticos perturbam os valores tradicionais. Os estudantes reconhecem que essa forma de raciocinar não serve necessariamente para derrubar seus argumentos mas, como cidadãos, auxilia em

discussões e em reforçá-los. Neste caso, a discussão filosófica desempenha importante papel (NUSSBAUM, 2005).

Sócrates não se dirigia a seus interlocutores e argumentava apenas por diversão. Ao contrário, desempenhou tal papel com um objetivo: não o de encontrar a verdade, mas fazer com que o interlocutor fosse capaz de realizar o exame crítico e se tornasse autônomo. Diante disso, a indiferença e a doutrinação podem ser consideradas inimigas de Sócrates.

Do mesmo modo que Sócrates buscou transformar a sociedade, seria possível questionar com Nussbaum (2005, p.65) “¿De qué forma podría seguirse el ejemplo de Sócrates en los estudios universitarios básicos del ámbito humanista?”. A autora responde que

El componente más importante del aula socrática es, obviamente, el maestro. Ninguna fórmula curricular podrá reemplazar la enseñanza estimulante e incisiva, rica en nuevas percepciones, capaz de despertar la mente. Y un maestro dedicado puede aguijonear el pensamiento de los estudiantes en casi todos los marcos curriculares. La actividad socrática puede darse en prácticamente cualquier curso humanístico o de ciencias sociales, en relación con lecturas de muchos tipos. Siempre que el maestro tenga suficientes conocimientos sobre las características particulares del cuerpo estudiantil al que deberá enseñar y procure desarrollar la capacidad de razonar de cada individuo (p. 65).

Nussbaum (2005) afirma com isso que a educação socrática é possível atualmente nas universidades e que a tarefa está nas mãos do professor, que tem o dever de estimular, despertar o aluno para a prática do autoexame, para a capacidade do raciocínio crítico. Desse modo, pode promover leituras diversas da realidade, envolver os alunos na capacidade de analisar os argumentos próprios e dos outros, característica importante para a cidadania e para a vida.

O fato de estimular os alunos e fazê-los responsáveis por seu pensamento e suas ações, os leva a experiências de aprendizagem comuns na educação superior. Importante despertar para o autoexame com temas presentes na realidade de cada um, refletir a partir de suas crenças (morais e políticas). Desse modo, os estudantes aprendem a confiar em seus pensamentos, a superar a inércia e enfrentar as mais variadas questões sobre cidadania com argumentação racional e crítica.

3.3 Ser cidadão do mundo – um modo de vida na concepção nussbauniana

Martha Nussbaum (2005), na obra *El cultivo de la humanidad*, aborda como segundo aspecto importante para a formação do cidadão e de uma cidadania democrática, questões

referentes ao que é ser cidadão do mundo, ser cosmopolita como ela afirma. O que necessitam saber os seres humanos quando vivem em seu país de nascimento ou quando se mudam de nação?

Ser cidadão do mundo envolve a capacidade de sentir empatia pelo outro, sentimento que faz com que sejamos capazes de perceber que vivemos num mundo de diversidades culturais; num mundo que dependemos de pessoas que nunca vimos para viver e elas dependem de nós; num mundo que possui diversos problemas que são discutidos de maneira transversal, nos envolvemos e nem percebemos; num mundo que, economicamente, dependemos do desenvolvimento de meios de vida que são realizados por vidas distantes da nossa. Como compreender-se como cidadão do mundo quando nos percebemos como cidadãos de uma nação ou de um ambiente apenas? A educação, baseada em especial na filosofia e nas humanidades, deveria ser capaz de desenvolver em nós essa capacidade, nos equipar para que pudéssemos de fato atuar como cosmopolitas, percebendo a nós mesmos como membros de uma nação e de um mundo heterogêneos (NUSSBAUM, 2015).

A autora problematiza acerca da necessidade de se conhecer além de realidade na qual se está inserido, sua região ou nacionalidade, seus costumes e tradições e, a partir disso, a necessidade de sentir-se cidadão do mundo. Traz inicialmente, em seu texto, o exemplo de uma mulher à qual Nussbaum (2005) entrevistou durante suas visitas pelas universidades e escolas superiores dos Estados Unidos. Ela precisou mudar de nação por necessidade de trabalho e afirma que para ser cidadão do mundo “ciertamente necesita una visión general sobre los derechos humanos y entender hasta qué punto es legítimo o prudente criticar el modo de vida de otra nación” (p. 76).

Anna é uma mulher estadunidense do ramo da administração e que é designada pela empresa a trabalhar em Pequim. O modo de vida, os costumes, as crenças, os valores são diferentes daqueles encontrado na sua realidade atual e Anna precisa conhecer, compreender e adaptar-se a uma sociedade diferente da sua, tudo parece estranho (NUSSBAUM, 2005).

A instrução escolar e universitária de Anna ofereceu pouca formação voltada para a história universal ou sobre problemas culturais, diversidade cultural, relações de gênero, estruturas familiares, direitos humanos, enfim, uma preparação para uma cidadania universal, como chama Nussbaum (2005).

O exemplo inicial do texto de Nussbaum (2005) é referência para compreender que a formação que deve ser proporcionada aos estudantes deveria ter como foco prepará-los para enfrentar os diferentes desafios possíveis de serem encontrados em qualquer sociedade, no

mundo como um todo. As pessoas devem ser educadas para desempenhar seu papel de cidadãos do mundo, com sensibilidade e capacidade de compreensão que vão além de sua comunidade e vida cotidiana. Para melhor definir e compreender o que é ser cidadão do mundo, Nussbaum (2005) faz menção a alguns pensadores e filósofos que durante a história da humanidade abordaram aspectos culturais e multiculturais numa perspectiva de compreensão e de organização de comunidades locais e sociedades amplas.

Um dos grandes pensadores apresentados por Nussbaum (2005) é Diógenes Laércio. Ela cita o filósofo grego do período helenístico, devido ao seu modo de vida, do desapego às tradições, aos costumes, aos valores e crenças, aos bens materiais, por configurarem-se como imposições da sociedade. Pregava uma vida à margem da sociedade, como ele mesmo costumava afirmar, uma vida de cão. Com isso, Diógenes também negava definir-se a uma origem local e o pertencimento a grupos locais, pois definia-se com aspirações e preocupações mais abrangentes.

Os estoicos antigos, seguindo o exemplo de vida de Diógenes, desenvolveram a ideia de cosmopolitismo (*kosmopolités*), cidadão do mundo, no sentido da busca pela compreensão da vida e das aspirações humanas de maneira ampla. Na vida em comunidade se encontram as obrigações morais e sociais, o respeito aos valores morais de todos os cidadãos. A tradição dos estoicos influenciou muito algumas tradições filosóficas e políticas, embora o cosmopolitismo não seja uma característica comum às tradições ocidentais (NUSSBAUM, 2005).

Assim sendo, em conformidade com Nussbaum (2005), é importante entender que nos estoicos residem as raízes desse modo de pensar e, também, é a partir da compreensão do conceito de cidadão do mundo que é possível compreender a cidadania democrática, a qual é significativa para a formação do mesmo modo que o ideal socrático, o qual deveria estar presente na educação superior como um modo de pensar crítico.

3.3.1 A antiguidade grega e romana: a ideia de cidadania universal

Nos debates curriculares contemporaneamente, denuncia Nussbaum (2005), com frequência tende-se a considerar a educação multicultural como uma moda passageira, como algo que não seja interessante à formação do sujeito, considerando-a sem antecedentes nas formas tradicionais de educação. Contrariamente, se formos observar o modo de vida de

Sócrates e outros estudiosos gregos importantes na história, temos perspectivas dessa forma de educação presentes em seu modo de vida, estudos ou escritos.

Ao fazer menção a Heródoto⁹, outro importante pensador grego, Nussbaum (2005) afirma que este “comprendió que una investigación de los intercambios culturales podría revelar que lo que tomamos como algo natural y normal es simplemente provinciano y producto de la costumbre” (p.79). Ou seja, aproximadamente no século V - IV a.C., este pensador já constatou que a vida em sociedade se constituía com base em costumes e modos de ser diferentes de outros locais e comunidades. As trocas culturais já existiam para aquelas sociedades. Por isso, afirma que “cada uno se siente escandalizado por las costumbres de los otros, y cada uno, en el proceso, comienza a darse cuenta de que sus modos de vida pueden no ser los modos diseñados por la naturaleza para todas las épocas y personas” (NUSSBAUM, 2005, p. 79). Reitera que ao passo que as pessoas aprendem a conviver com questões culturais diferentes das suas, surge a compreensão e o respeito, principalmente ao considerar que para diferentes épocas e pessoas essas questões passam por modificações e adaptações.

À medida que se toma consciência da existência das diferenças culturais, o ser humano passa a compreender que existem valores e crenças diversas. Precisa-se de exame crítico para compreender que as múltiplas formas de vida possuem variadas possibilidades de manifestações, que os costumes e tradições são assimiladas dentro de determinadas tradições, as quais precisam ser respeitadas e valorizadas.

Nussbaum (2005) compara diferentes povos antigos (atenienses e espartanos) quanto a questões culturais e valores exigidos por tais sociedades das quais faziam parte. Por um lado, os atenienses preferiam ensinar aos cidadãos a liberdade de indagação e do debate como forma de florescimento da vida pública. Por outro lado, os espartanos ensinavam aos seus cidadãos a obediência às tradições e a subordinação, optando assim por políticas autoritárias.

Entre atenienses e espartanos, há como dizer quem agia certo ou errado quanto ao modo de ser e viver em sociedade? Certamente não há como julgar, pois, cada povo defendia a sociedade da qual fazia parte. Se observarmos pela concepção ateniense, “la mejor educación, sostenían, era la que dotaba al ciudadano de los instrumentos que le permitieren una verdadera elección de su modo de vida; y este tipo de educación requiere una activa indagación y la capacidad de contrastar las alternativas” (NUSSBAUM, 2005, p. 80). Desse modo, uma educação que fosse crítica carregaria mais possibilidades de educar o cidadão para

⁹ Importante historiador e geógrafo da Grécia Antiga. Muitas de suas viagens pelo mundo deram origem a grandes obras que relatam aspectos do comportamento humano, questões relacionadas às guerras e conflitos entre os gregos e outros povos.

o mundo, capaz de fazer análise crítica de outros modos de vida ao seu entorno e mesmo distante de si. Ainda,

la investigación intercultural, además de iluminar, reafirmó a los atenienses en su principios y creencias: al mostrarles regímenes que no practicaban esa búsqueda y las conseqüientes carencias de dichos regímenes, dio a los atenienses razones por las cuales debían seguir criticando y comparando las culturas (NUSSBAUM, 2005, p. 81).

Exemplos como estes mostram que a preocupação com questões além de sua comunidade já se fazia presente nos primórdios da civilização grega e, por essa razão, não exclui a possibilidade de que contemporaneamente os currículos possam abordar temáticas que vão além de seus limites de atuação.

Outra concepção sobre as diferentes culturas foi abordada por Platão, em meados do século IV a.C., na sua obra *República*. Nesta, Platão, citado por Nussbaum (2005), afirma que a cidade ideal é aquela que é influenciada pela reflexão sobre outros costumes e crenças que não são suas. Para o autor, que tem como personagem de seus diálogos o filósofo Sócrates, as reflexões sobre a história de outras culturas e povos é capaz de despertar no cidadão a reflexão crítica. Neste fragmento, inclusive, Sócrates apresenta-se a favor da igualdade de acesso das mulheres à educação em Atenas, o que para os homens de seu tempo pareceria estranho, mas o faz ao comparar sua sociedade com Esparta, onde as mulheres tinham acesso à educação. Para ele, segundo Nussbaum (2005) “un estudio cultural comparativo puede convertir nuestra sociedad en una más verdaderamente racional, al despojar nuestras practicas del falso aire de naturalidad y inevitabilidad con que están investidas” (p. 82). Recorda que há muitas coisas interessantes em sociedades diferentes da sua e que se torna necessário valorizá-las.

Até esse momento, na sociedade grega, o estudo intercultural não tinha se expandido muito, a não ser pelo desenvolvimento do pensamento de alguns filósofos. Aristóteles é outro exemplo a ser mencionado, já que este instruía seus discípulos a reunirem informações sobre questões políticas de diferentes sociedades pelo mundo todo, a fim de descrever as perspectivas históricas e constitucionais das sociedades. Ao escrever sobre política, Aristóteles aborda aspectos transculturais¹⁰, a fim de desenvolver um modelo próprio de bom

¹⁰ Há momentos em que Nussbaum faz uso do termo multicultural, em outros transcultural ou diversidade cultural.

governo, que criticasse aspectos atenienses e espartanos, mas que não seguisse nenhum destes. (NUSSBAUM, 2005).

Na filosofia grega antiga, as investigações e os discursos sobre culturas estavam presentes, mas quem parece ter inventado o termo cidadãos do mundo foi mesmo Diógenes de Laércio, o cínico. Ele levou uma vida desprovida das tradições e dos costumes impostos pela sociedade, escolheu exilar-se de sua cidade natal para não perder sua liberdade, passou a morar em um barril, como sinônimo de simplicidade e desapego. “Asociaba la pobreza con la independencia del pensamiento y del discurso, y llamaba a la libertad de expresión la cosa más sublime en la vida humana” (NUSSBAUM, 2005, p. 83). Diógenes afirmava que esse modo de vida era crucial para uma vida filosófica, preocupada com problemas e aspirações humanas mais abrangentes.

O desprezo às imposições da sociedade e uma vida concentrada na vida interior, na valorização do pensamento, na busca pela virtude e no uso da argumentação, o faz semelhante a Sócrates. Porém, este provocava mais com seus questionamentos, do que com o modo de vida desprezível. Pretendia com seu comportamento socrático “hacer las personas cuestionaran sus prejuicios haciéndoles tomar conciencia de lo difícil que es dar buenas razones para muchos de nuestros sentimientos más profundos” (NUSSBAUM, 2005, p.83). Assim, Diógenes acreditava ser possível abandonar o respeito por alguém apenas pela posição social ou abandonar a vergonha por questões associadas à prática social e abandonar também outros costumes que são convenções humanas. A isso pode se chamar relatividade cultural, ser capaz de perceber a vida em suas diversas possibilidades, para além daqueles às quais se está acostumado.

Neste contexto, transformar o modo de vida e de pensamento é uma forma de reconhecer que existem outros modos de vida diversos e que além de defender interesses particulares, pode-se reconhecer e defender interesses comuns à vida humana, independente do local de origem ou costumes seguidos. Para Diógenes a única comunidade existente é aquela que engloba o mundo todo, que leva em consideração as necessidades e aspirações humanas mais gerais (NUSSBAUM, 2005).

Os estoicos valorizaram os ideais de Diógenes e “con el rigor moral y filosófico que les es propio, llevaron mucho más lejos la idea del estudio intercultural y de la ciudadanía universal, haciendo que el concepto de ciudadano del mundo, *kosmou polités*, se transformara en un elemento central del programa educacional” (p.85). Nesse sentido, Nussbaum (2005) afirma que eles defendiam o fato de que a educação deveria ser capaz de fazer os cidadãos

serem conscientes de que são membros da comunidade local, mas que acima de tudo são cidadãos do mundo, a ele pertencem. Para os estoicos

Al admitir esto, no deberíamos permitir que diferencias de nacionalidad o classe, o de pertencia a un grupo étnico, incluso de género, se constituyan en barreras entre nosotros y nuestros semejantes. Deberíamos reconocer la humanidad - y sus ingredientes fundamentales: razón y capacidad moral - dondequiera que aparezca, y comprometer nuestra lealtad en primer lugar con esa comunidad de humanidad (p. 86).

Os estoicos não pretendiam que a sociedade abolisse suas regras de organização locais. Ao contrário, propuseram, com isso, uma sociedade ideal, onde se colocasse em primeiro lugar a lealdade à comunidade humana. O comprometimento com o ser humano de maneira geral deveria levar em consideração a dignidade de todos, sem importar-se com o lugar de onde as pessoas eram, nem sua condição social ou de gênero (NUSSBAUM, 2005).

O respeito pela humanidade do homem exige, na visão do pensador Cícero, que todos pudessem ser tratados com honra e hospitalidade, não importando o local de origem. Exige que o ser humano não se envolva em guerras e conflitos contra outros povos. Exige compreender que, como cidadãos do mundo, deve-se buscar por justiça e bem-estar humano, conquistado pela convivência, respeito e compreensão perante todos (NUSSBAUM, 2005).

De acordo com Nussbaum (2005), o bom cidadão, para os estoicos, era o cidadão do mundo. Para conhecer melhor a si mesmo, era necessário conhecer e refletir sobre a humanidade, sobre o modo de comportar-se, de ser e viver. Ainda, para os estoicos, o ser humano é mais capaz de resolver seus problemas se enfrentá-los de modo mais amplo, onde a imaginação é forçada a ir além do seu local restrito. Insistem na ideia do cosmopolita - cidadão do mundo – pois é neste também que se pode reconhecer a virtude e a justiça, a capacidade de raciocinar, como elementos fundamentais a vida humana.

Apesar dessa visão ampliada da humanidade, necessária à vida, o ser humano não pode e não deve abandonar seus costumes locais, sua identidade, suas inclinações particulares, pois são estes os elementos responsáveis, também, pela formação e inserção do indivíduo no grupo humano e local. Em vez disso, deve imaginar-se rodeado por círculos concêntricos, aos quais se integram a identidade individual, a família, os grupos familiares, grupos locais (étnicos, religiosos, linguísticos, históricos, profissionais, de gênero) e, por fim, a humanidade como um todo (NUSSBAUM, 2005). “[...] deberíamos trabajar para hacer que los seres humanos formem parte de nuestra comunidad de diálogo y de preocupaciones, mostrando respecto por lo humano dondequiera que se dé, y permitiendo que ese respecto marque los límites de

nuestras políticas nacionales o locales” (p. 88). Assim, além de valorizar características particulares e locais, o ser humano estaria se educando para a compreensão global.

A condição de cidadão do mundo implica o cuidado de sua nação, mas, acima disso, implica reconhecer que existem diferenças entre os povos e que essas não são insignificantes. Logo, não podem ser ignoradas. As diferenças existentes demandam conhecimento e compreensão como tarefa de vida. O cidadão do mundo, ao deslocar-se e conhecer outros lugares, envolve grande parte de seu tempo em aprendizagens (história e problemas locais) que lhe são necessárias para que de fato conheça condições de cidadania diferente das suas.

A língua materna é uma característica muito importante para se conhecer mais sobre qualquer comunidade ou sociedade pelo mundo afora. Ela acompanha todo cidadão desde sua infância, e é com ela que é possível manifestar aspirações e sentimentos. É ela que proporciona a todos a comunicação e expressão necessárias para a vida. Segundo Nussbaum (2005), as pessoas não deveriam supor que uma língua seja melhor ou superior que outra, pois cada uma carrega em si características próprias e que cada cidadão é inclinado a fazer uso em seu local de origem. Ou seja, o cidadão e a cidadã desenvolvem capacidades de aprendizagem ao longo da vida.

Conhecer e aprender outras línguas deve permitir ao cidadão experiências com intercâmbios culturais e literários que enriqueçam seu conhecimento. Esse modo de educação relaciona-se diretamente com o ideal de investigação socrática, que tem como objetivo o exame constante da realidade na qual está inserido, inclusive sobre questões éticas e políticas.

Por meio da troca de experiências é possível o diálogo e a compreensão das diferenças entre as tradições. Permite também que, ao ser questionado, o cidadão saiba argumentar e refletir sobre as diferentes comunidades, posicionar-se a respeito de culturas diferentes da sua origem e reconhecer-se, de fato, como um cidadão do mundo (NUSSBAUM, 2005).

Para tornar isso possível é necessário um aspecto fundamental: formação. Segundo Nussbaum (2005), para “ser ciudadano del mundo requiere que el aspirante a esa categoría se convierta en un intérprete sensible y empático, capacidad que debería cultivarse en todas las etapas de la educación” (p. 91). A interação com outras culturas não requer apenas conhecer a língua materna do local, mas uma constante investigação histórica que permite ao cidadão desenvolver o modo cosmopolita de ser – pensado pelos estóicos - além de desenvolver a vida virtuosa.

Ser cidadão do mundo não requer o julgamento crítico com relação aos indivíduos e culturas, por pertença a determinadas comunidades e/ou grupos, mas exige um juízo crítico a

respeito das ações políticas injustas e do caráter das pessoas que as promovem. Segundo Nussbaum (2005), na concepção do imperador romano Marco Aurélio, até mesmo os inimigos não necessitam de julgamentos, pois são, sobretudo, humanos. Os discursos com relação aos outros acabam muitas vezes gerando ódio político, o que para os estoicos não é natural no ser humano, mas se aprende com a convivência desde crianças. Daí surge a valorização ou a discriminação de indivíduos e grupos. Por isso, Nussbaum (2005) argumenta sobre a necessidade da formação do cidadão do mundo, capaz de respeitar as diferenças e conviver de maneira singular.

A maneira como se abordam questões referentes aos estrangeiros, mulheres e minorias, contemporaneamente, por vezes expressa uma visão preconceituosa, carregada de desprezo e ódio. Não se tem determinado cuidado com o uso de certas linguagens e imagens para com essas pessoas, muitas vezes por habitarem locais diferentes. Esse tipo de visão reducionista perante alguns povos, além de discriminar, os priva de liberdade de expressão.

Para que houvesse maior compreensão e respeito, segundo Nussbaum (2005), a educação superior deveria incentivar atitudes de mútuo respeito. Segundo a autora, “la propuesta estoica es que deberíamos seleccionar programas de estudio que fomentem el respeto y la solidaridad mutua y que rectifiquen la ignorancia en que a menudo se apoya el ódio” (NUSSBAUM, 2005, p. 94). Desse modo, estaria sendo proporcionada uma forma de educação capaz de criar no ser humano o sentimento de humanidade e colaborando na construção do cidadão do mundo.

A educação deveria ser capaz de orientar, de maneira coerente, o desenvolvimento da personalidade humana de tal forma que se valorize a dignidade da pessoa humana, independentemente de seu local de origem. O respeito pelo ser humano de maneira ampla deve fortalecer a valorização dos direitos humanos na direção de construir uma sociedade mais livre e tolerante (NUSSBAUM, 2005).

Vê-se, contemporaneamente, muitos conflitos desencadeados pelos mais variados interesses, sejam econômicos, políticos, religiosos ou outros. Uma verdadeira educação deveria ter como meta a integração entre os povos, o respeito, a tolerância e a amizade dentro de uma grande nação composta por nações menores, entre as pessoas, os cidadãos. Para isso, deveria haver espaço de respeito a todos as identidades e grupos sociais, bem como acesso a estudos inter e multiculturais.

Nesse contexto, a filosofia e as humanidades podem contribuir com uma formação mais humanista e possuem, por essa razão, o compromisso de proporcionar reflexões acerca

de nosso lugar e função no mundo, fortalecendo o compromisso com a cidadania global e, com isso, a cidadania democrática.

3.3.2 Cidadão do mundo na educação contemporânea

Ao abordar a educação/formação do cidadão do mundo em nosso tempo, Nussbaum (2005) questiona “¿A qué debería asemejarse el currículo de una universidad que prepara al estudiante para convergilo en ciudadano del mundo?” (p. 96). Como os estudantes deveriam ser preparados para enfrentar sua vida, seu trabalho, a função que ocupam/ocuparão, suas relações com as mais diversas pessoas, culturas e tradições? A que tipo de educação/formação compete?

Segundo a autora

Una educación que responda a esas necesidades debe ser una educación multicultural, es decir, aquella que pone en contacto al estudiante con algunos hechos fundamentales de la historia y cultura de muchos grupos diferentes. Entre ellos, debería incluirse tanto los principales grupos religiosos y culturales de cada parte del mundo como las minorías étnicas, raciales, sociales y sexuales en sus propias naciones (NUSSBAUM, 2005, p. 96).

É possível hoje tornar-se cidadão do mundo, assim como acreditavam os estoicos. Para isso, os sistemas educacionais devem estar preparados para ofertar uma educação, como apresentada por Nussbaum (2005), multicultural, que possibilita a tomada de consciência das diferenças culturais existentes e esse aspecto é essencial para promover o respeito, tendo como via o diálogo e a compreensão de que cada cidadão do mundo é único.

A tarefa de educar o cidadão do mundo é ampla, complexa e exige esforço coletivo. É preciso reconhecer que

Ninguna educación liberal puede ofrecer a los estudiantes un adecuado entendimiento de todo lo que deberían saber sobre el mundo; pero una comprensión profunda de alguna tradición desconocida, y algunos rudimentos sobre otras, bastarían para engendrar el conocimiento socrático de las propias limitaciones (NUSSBAUM, 2005, p. 97).

É importante ensinar aos estudantes que sua cultura e suas tradições não são únicas, mas são uma parte do mundo ao qual pertencem. Por isso, um currículo escolar e universitário deve ser planejado de modo “[...] ofrezca a los estudiantes los rudimentos de conocimiento sobre las principales tradiciones del pensamiento y del arte en el mundo, sobre la historia que

los rodea y, lo que es más importante, que les haga tomar consciencia de la gran cantidad de material que desconocen” (NUSSBAUM, 2005, p. 97). Um currículo que seja abrangente e também acessível a todos os níveis educacionais, ensinando desde cedo sobre as diferenças que existem no mundo; esse processo pode ser iniciado com as crianças de maneira lúdica, partindo para reflexões mais aprofundadas de acordo com os níveis de ensino.

Uma educação multicultural desde a infância permite que os estudantes possam ingressar na educação superior mais bem preparados para desempenhar seu papel em direção a uma cidadania universal, aprendendo a conviver com a diversidade de maneira mais harmoniosa e respeitosa, compreendendo as diversas manifestações de ser e estar no mundo. Reconhecendo as diferenças, é possível reconhecer também o que é comum a todos os seres humanos, como problemas enfrentados, direitos e aspirações (NUSSBAUM, 2005).

Atualmente, desempenhar o papel de cidadão não é apenas viver em uma determinada sociedade, votar em eleições ou pagar seus impostos, é necessário muito mais; como exemplo: saber colocar-se no lugar do outro, saber argumentar sob diferentes perspectivas; e, para que isso possa ser posto em prática, é necessária a educação. Segundo Nussbaum (2005)

El ciudadano del mundo debe aprender a desarrollar comprensión y empatía hacia las culturas lejanas y hacia las minorías étnicas, raciales, religiosas que están dentro de su propia cultura. Además, debe desarrollar su comprensión de la historia y de la variedad de las ideas humanas sobre género y sexualidad (p.98).

Para que possa ser desenvolvida uma educação voltada para a formação do cidadão do mundo é necessária a educação intercultural e multicultural, pois é a partir disso que se pode perceber as diferentes formas de organização e manifestação de culturas variadas, interpretá-las e compreendê-las. E, os currículos educacionais devem ser desenvolvidos com base em estudos dessa natureza, pois ao ampliar estudos sobre a diversidade humana e cultural o estudante desenvolve-se de maneira mais integral (NUSSBAUM, 2005).

Nussbaum (2005) cita um exemplo exitoso sobre um curso multicultural desenvolvido em 1992 em uma universidade norte americana, o qual previa dois semestres sobre civilização universal e permitia ampliar o conhecimento cultural dos estudantes sobre os muitos grupos e as manifestações que compunham sua nação; a busca por respeito e igualdade em suas variadas manifestações. O curso foi pensado por um conjunto de docentes, justificando a necessidade de tal formação para a vida dos estudantes.

A formação multicultural permite ao estudante ampliar sua capacidade de pensar criticamente, de argumentar de maneira mais moderada e aberta sobre questões culturais

envolvendo aspectos religiosos, relações de gênero, sexualidade, movimentos de luta por direitos, raciais, entre outros (NUSSBAUM, 2005).

Ao planejar o curso foram enunciados alguns princípios fundamentais que contribuíram para seu êxito e que poderiam ser seguidos por outros cursos semelhantes. Entre os princípios, pode-se citar, segundo Nussbaum (2005):

1) O curso multicultural foi projetado com amplo conteúdo e buscava familiarizar os estudantes com cinco categorias de diversidade, sendo: raça, gênero, etnia, classes sociais e crenças religiosas. Cada sessão do curso permitia aos estudantes analisar cada categoria de forma ampla, de modo a compreender a existência das mesmas em todas as realidades.

2) O curso multicultural foi desenvolvido por diversos docentes, os quais trabalharam disciplinas nas quais são especialistas. Para o êxito do curso, a capacitação dos docentes é fundamental e alguém que não é especializado não desempenha tão bem o trabalho, pois será exigido além de sua capacidade.

3) Deve-se projetar programas para formação dos docentes que desenvolvem o curso multicultural com os estudantes, pois a este não se pode solicitar que ensine disciplinas sem que tenha formação para tal. A formação exige tempo e dedicação e, para isso, os professores precisam ser recompensados.

4) Deve-se conceder tempo para refletir sobre aspectos metodológicos e pedagógicos empregados nas disciplinas e atividades multiculturais. Preparar métodos e materiais é necessário para que o trabalho se desenvolva de forma positiva e que promova maior participação dos estudantes, fazendo-os refletir criticamente.

Uma característica importante do curso multicultural desenvolvido pela universidade norte americana, e citado por Nussbaum (2005), é que “[...] los maestros evitan cuidadosamente dar sus opiniones personales, y diseñan estrategias que provocan un debate imparcial en clases, en lugar de hacer que el debate llegue prematuramente a una conclusión” (p.105). A estratégia utilizada pelos docentes é importante para que os estudantes não sigam as ideias, ou pré-conceitos, baseando-se no pensamento de outro, mas que possam refletir sobre as questões discutidas e elaborar suas próprias ideias e conclusões. A presença desse aspecto é muito importante no curso, pois permite abertura a críticas e à construção do conhecimento sobre o mundo de maneira ampla.

Nussbaum (2005) também cita o exemplo de outra instituição na Califórnia que desenvolveu curso de humanidades para mulheres. Esses exemplos auxiliam na compreensão

da importância de estudos multiculturais e de um currículo organizado para a formação de uma cidadania universal – do cidadão do mundo. Segundo a autora,

Inculcar la ciudadanía universal en el currículo es un proyecto mucho más ambicioso que sólo diseñar uno o dos cursos obligatorios. sus objetivos pueden y deberían cruzar el currículo como un todo, considerando que la perspectiva multinacional, la de las minorías y la de género ouedem iluminar la enseñanza de muchas áreas típicas del currículo, desde la historia naional a la economía, a la historia del arte y la antigua literatura griega (NUSSBAUM, 2005, p.107).

Nesse sentido, formar o cidadão do mundo é possível, desde que haja organização curricular e mudança no modo de ensinar da maioria das instituições, primando pela interação humana, pela busca de conhecimento mais amplo, em vez de considerar apenas as relações locais e as pessoas diferentes de si como apenas instrumentos de lucro. Os exemplos acima citados são maneiras de comprovar essa possibilidade. Na concepção de Nussbaum (2015)

Antes de podermos planejar um sistema educacional, precisamos entender os problemas que enfrentamos para transformar alunos em cidadãos responsáveis que possam raciocinar e fazer uma escolha adequada a respeito de um grande conjunto de temas de importância nacional e internacional (p. 27).

Desse modo, a educação multicultural permite que os estudantes possam conhecer, discutir e argumentar sobre assuntos polêmicos envolvendo as mais variadas sociedades e suas manifestações, nos diferentes espaços, possibilitando ser cidadão do mundo. É possível perceber a possibilidade da formação do cidadão do mundo, assim como pretendiam os pensadores gregos antigos.

3.4 A formação pela imaginação narrativa

A imaginação narrativa é considerada a terceira capacidade para a base da formação do cidadão democrático contemporâneo. Significa “[...] a capacidade de pensar como deve ser se encontrar no lugar de uma pessoa diferente de nós, de ser intérprete inteligente da história dessa pessoa e de compreender as emoções, os anseios e os desejos que alguém naquela situação pode ter” (NUSSBAUM, 2015, p. 95-96). Para o desenvolvimento dessa capacidade torna-se necessário a presença da arte e do conhecimento literário da área de humanidades, que permitem a cada cidadão conhecer e compreender aquele que é diferente de si.

A capacidade da imaginação narrativa, para ser bem desenvolvida, deve ter um espaço reservado no currículo para as disciplinas de artes e de humanidades, pois essas são áreas do conhecimento que estimulam o desenvolvimento de um tipo de educação capaz de despertar e aprimorar a capacidades dos cidadãos perceberem o mundo através do olhar de outra pessoa, ou seja, colocando-se no lugar do outro, experimentando seus sentimentos e condições de vida em que estão inseridos (NUSSBAUM, 2015).

Na concepção de Nussbaum (2005), “[...] las artes desempeñan un papel vital, puesto que cultivan poderes de la imaginación que son esenciales para la construcción de ciudadanía” (p. 118). A imaginação narrativa proporciona ao cidadão construir uma cidadania mais ativa, pois é a partir do momento em que o outro e seu modo de vida tornam-se visíveis que se desenvolvem sentimentos como a compaixão, faz perceber o outro e possibilita pensar uma solução para aquilo que está diante de si, pensar um mundo melhor.

Arte e literatura estão presentes de maneira ampla nesse processo segundo Nussbaum (2005), pois

Las artes cultivan las capacidades de juicio y sensibilidad que pueden y deben expresarse en las opciones de los ciudadanos. Hasta cierto punto, esto se puede aplicar a todas las artes. La música, la danza, la pintura, la escultura, la arquitectura, todas participan en la formación de nuestra capacidad de entender a la gente que nos rodea (p. 118).

O sentido amplo e variado que Nussbaum (2005) atribui às artes e a literatura é que atribui sentido e importância diante da vida humana. As narrativas presentes nas histórias que são contadas desde a infância e que vão se adequando durante as fases da vida, a simbologia que a dança carrega, a expressividade da música e da poesia – e também de outras formas de arte - são capazes de despertar a capacidade de ampliar o senso de humanidade que há no ser humano.

Nussbaum (2005) faz menção a um escrito grego antigo para representar a capacidade de imaginação humana diante do outro. “*El Filoctetes*” de Sófocles relata um episódio da guerra de Tróia, onde Filoctetes é abandonado em uma ilha deserta por ter sido picado por uma serpente ao entrar em um recinto sagrado. Passa a ser considerado inútil por ter contraído uma úlcera e Ulisses o abandona na ilha, segue o rumo com o objetivo de vencer a guerra de tróia. O que restou para Filoctetes foi um arco e flecha e durante o tempo que estivera vivendo naquele lugar, o instrumento era o que lhe restava. Ao perceber que necessitavam do instrumento de Filoctetes para vencer a guerra, o comandante Odisseu resolve voltar para

resgatar o homem, mas o interesse era maior era no arco e flecha para vencer a guerra e não no ser humano que havia sido abandonado à sorte naquela ilha.

Diferente do interesse do líder, ao retornar, os soldados se compadecem com Filoctetes por ele ter sobrevivido tanto tempo sem convivência com outros seres humanos, na miséria, solitário. Questionam-se como este homem sobreviveu em tais circunstâncias. Essa história mostra como muitas vezes as pessoas são vistas como meros instrumentos a serviço de outros, mostra também a capacidade de imaginação que surge com o relato, a capacidade de prestar a atenção no outro, de perceber o sofrimento, faz surgir a compaixão pela situação diante de si.

A novela/romance *O homem invisível* de Ellison é outro exemplo citado por Nussbaum (2005) e tem a pretensão de fazer refletir sobre os erros de percepção e de reconhecimento do outro. No enredo, o personagem principal é um jovem negro, pobre e que passa despercebido diante da sociedade, é invisível como retratado por Ellison. Os estereótipos carregados pelo jovem, assim como outras questões que assolam a vida de mulheres e outras minorias são exemplos capazes de despertar a imaginação e a capacidade de colocar-se no lugar do outro.

Tanto o clássico de Sófocles, quanto a novela de Ellison e tantas outras histórias vivenciadas pelos seres humanos diariamente estão interligadas, “[...] sus preocupaciones están estrechamente vinculadas: la estratificación social y la injusticia, la manipulación y el uso y, sobre todo, la invisibilidad y la condición de ser transparente para los ciudadanos” (NUSSBAUM, 2005, p. 120). Circunstâncias encontradas em toda parte do mundo e que são capazes de levar os leitores a refletir a partir da arte e da literatura sobre a vida humana e as condições de democracia enfrentadas, perceber o outro como cidadão de direitos, com suas capacidades e limitações como qualquer um no mundo.

No entanto, cabe questionar por qual razão a arte e a literatura possibilitam pensar a democracia, se a questão central é a imaginação narrativa? Segundo Nussbaum (2005) “Porque una democracia no sólo requiere instituciones y procedimientos; también requiere una particular calidad de visión, con el fin de vencer la tendencia nacional a negar la humanidad compartida por mi personaje y por quienes se puedan transformar en lectores de su experiencia” (p. 121). É desejável reconhecer o mundo como um lugar habitado por pessoas diferentes em diferentes condições de vida, onde não se está sozinho e é preciso apoio mútuo para enfrentar as adversidades. Por isso, a imaginação narrativa é que permite essa condição de ver o outro, os sonhos, as esperanças e as possibilidades de ação em sociedade.

A pergunta que se deve fazer, relacionada à sociedade e educação contemporâneas, é: como é possível promover educação/formação que possibilite desenvolver a imaginação

narrativa nos cidadãos e permita desenvolver a capacidade de colocar-se no lugar do outro? Diante de uma educação voltada para o capital, para o imediatismo, como desenvolver essa capacidade no ser humano? Para Nussbaum (2005),

“La educación superior debería desarrollar en el estudiante la consciencia de la importancia de la literatura de muchas formas. Pero como la literatura desempeña un papel vital en la educación orientada a formar ciudadanos del mundo, tiene sentido preguntar de qué manera puede cumplir con esta función, y de la mejor forma posible; qué tipos de obras literarias y qué forma de enseñarlas deberían fomentar nuestras instituciones académicas para promover una visión informada y receptiva del otro, de quien es diferente a uno” (p. 121).

Na concepção da autora, é possível uma formação que possa desenvolver essa capacidade e, ainda, que permita para além da imaginação narrativa: emitir juízos críticos, não permanecer inerte diante da realidade ou de situações que depreciem aquele que é considerado diferente. Diante disso, é também possível perceber de maneira mais clara a relação direta entre as três capacidades elencadas por Nussbaum para a formação do cidadão.

3.4.1 A fantasia e o maravilhar-se com o mundo

As crianças começam desde cedo a desenvolver suas capacidades morais básicas a partir das histórias infantis que lhe são contadas, da imaginação e da fantasia geradas através dos enredos e personagens com quem tem contato. Sua personalidade, em desenvolvimento nessa fase da vida, é capaz de ser influenciada de modo positivo, despertando em si o interesse pelo outro. As histórias possibilitam que a criança se sinta tocada pelos acontecimentos e se coloque no lugar do seu semelhante ou de animais, gerando assim, sentimento de compaixão diante de acontecimentos externos a si (NUSSBAUM, 2005).

Com o passar do tempo, as histórias, através da literatura, passam a interagir com suas ações e seu próprio modo de explicar o mundo; torna-se hábito o cultivo gerado pela imaginação narrativa. Do contrário, a privação da imaginação tolhe o potencial narrativo na criança, ou seja, não a permite imaginar-se de outro modo, ver as outras pessoas como elas são, nem se imaginar no lugar delas em suas diversas formas de ser. Por essa razão, “[...] será imposible llegar a la conclusión de que esta serie de miembros que se encuentran frente a mi tiene emociones, sentimientos y pensamientos al igual que yo si no se ejercita la imaginación contando y escuchando narraciones” (NUSSBAUM, 2005, p. 122). Nesse sentido, a

imaginação parte da interioridade de cada um, desde que seja alimentada corretamente desde a infância.

As histórias, através dos personagens, permitem então que as crianças desde cedo identifiquem sentimentos humanos como a esperança, o medo, o amor, o ódio, entre outros, que são também responsáveis pela formação da personalidade de cada um. “Así, el preguntarse, el maravillarse, la curiosidad, hábitos estimulados por los relatos, definen a la otra persona como vasta y profunda, con diferencias cualitativas con uno mismo y con rincones secretos dignos de respeto” (NUSSBAUM, 2005, p. 123). Isso reforça ainda mais a afirmação da autora quando faz referência à imaginação narrativa como uma forma de preparar a criança, bem como todo cidadão, para o convívio, para a interação social e moral, a compreensão do outro, o respeito e a valorização.

A relação estabelecida entre a imaginação narrativa – como fator interno do sujeito - e a literatura – fator externo ao sujeito – dá-se pelo fato de que a literatura, por seu enredo, faz despertar um interesse pelo destino dos personagens e permite reconhecer sentimentos do mesmo modo que os personagens apresentam. A compaixão e o reconhecimento são decorrentes das narrativas. A tomada de consciência da sua situação e da situação do outro são fatores essenciais para esse desenvolvimento. Na vida real, segundo Nussbaum (2005)

[...] los imperfectos seres humanos necesitan creer que sus posibilidades son similares a las de la persona que sufre. Este reconocimiento, según tales autores, ayuda a explicar por qué la compasión conduce con tanta frecuencia a una generosa ayuda ante las necesidades del prójimo. Se piensa: Pude haber sido yo, y así me hubiera gustado que me tratan (p. 124).

A tomada de consciência da vulnerabilidade que cada cidadão está sujeito é que possibilita às pessoas darem-se conta dos sentimentos, das angústias, alegrias ou sofrimento do outro, também permite colocar-se no lugar do outro mais facilmente quando enfrentam a mesma situação. Por isso, uma boa educação é capaz de preparar para todos os acontecimentos possíveis da vida. Neste sentido Nussbaum (2005) afirma que “Parece entonces beneficioso para los miembros de una sociedad verse unidos a los demás por las mismas debilidades y necesidades, y por similares capacidades de éxito” (p. 125). Os seres humanos possuem muitas possibilidades, desejos, aspirações e lutas que seus semelhantes, mas aqueles que parecem ser distintos de si ou estão distantes também as possuem, por mais que passem despercebidos.

Uma sociedade que queira tornar-se justa e igualitária reconhece que as pessoas não são iguais umas às outras, mas precisam buscar o entendimento e o reconhecimento e, argumenta Nussbaum (2005), para que isso ocorra é preciso tornar a literatura e a arte importantes, educando e desenvolvendo o potencial da imaginação no ser humano. A educação, por meio da imaginação narrativa, potencializa a formação mais ampla ao ser humano.

3.4.2 A literatura e a imaginação

A capacidade da imaginação deve ser exercitada desde cedo na criança, através do estímulo proporcionado pelas narrativas contadas e pela companhia dos adultos, que as conduzem a prestar atenção nos personagens das histórias e nos acontecimentos reais que o cercam, ou seja, realizando uma ligação entre a imaginação e o real. As histórias possibilitam à criança observar a vida em sociedade, compreender e respeitar o diferente nas suas particularidades.

A tragédia grega, segundo Nussbaum (2005), é um exemplo histórico da importância que a narrativa tem para a formação de um povo. A cultura grega antiga atribuiu tamanho valor à tragédia por ela abordar em suas peças a arte e, ao mesmo tempo, questões morais e políticas importantes para a formação do homem grego. Quando as peças eram apresentadas nos festivais, as funções públicas eram dispensadas para que todos os cidadãos pudessem apreciar e participar do processo de formação.

A importância da tragédia era justificada pelo fato de “Las tragedias familiarizan al joven ciudadano con las cosas malas que podrían suceder en la vida humana, mucho antes de que la vida misma se encargue de hacerlo” (NUSSBAUM, 2005, p. 127). A preparação para a vida, pode-se dizer, era uma das funções da tragédia. A imaginação, alimentada pela ficção, era capaz de fazer com que os cidadãos despertassem sentimentos como a compaixão pelo sofrimento dos personagens.

A tragédia grega possibilitava, a partir da narrativa, que o cidadão refletisse sobre sua própria existência, suas possibilidades e riscos, muitas vezes comuns a outros cidadãos da pólis. Possibilitava, ainda, que o cidadão se colocasse no lugar de outro ou de outra condição de vida que poderia um dia assumir, ou não (mendigo, exilado, escravo ou esposa, filha, mãe) (NUSSBAUM, 2005).

O drama explorava questões de desigualdade e diferenças entre os cidadãos e por isso ‘convidava’ que se colocasse no lugar do outro. Nussbaum (2005) problematiza essa questão quando cita o exemplo da mulher, a qual está sujeita a muitas tarefas que são consideradas próprias das mulheres como forma de imposição social, ou sujeita ao abandono pelo esposo e consequente perda o apoio social, ou situações de abusos e constrangimentos aos quais os homens não estão expostos nem sujeitos. Colocar-se no lugar do outro implica reconhecer o outro como ele é e respeitá-lo em sua condição própria de humano, não como alguém inferior ou invisível.

A tragédia grega incitava o cidadão a atravessar as fronteiras, ver além de seus limites territoriais ou culturais. Ao mesmo tempo em que transmitia situações distantes, era capaz de omitir diferenças locais. Mais tarde, alguns pensadores democráticos e interessados pela literatura como um veículo para a construção da cidadania interessaram-se pela novela, vista como um meio de levar até os cidadãos discussões realistas (NUSSBAUM, 2005).

O poder de reflexão e possível transformação que havia na tragédia grega e que pode haver na vida dos cidadãos contemporaneamente são notáveis. Mas, alerta Nussbaum (2005), precisa se ter a consciência de que a literatura por si só não é capaz de transformar pessoas ou sociedades como um todo, se assim fosse, não existiriam tantos problemas sociais, ou de gênero, religião, raça espalhados pelo mundo.

Muitas sociedades possuíam e possuem tradições arraigadas e costumes próprios, que não permitem a reflexão e a transformação no modo de ver o outro, proporcionada pela arte e literatura. A condição de vida dos cidadãos, as diferenças de classe, raça, etnia, religião gênero ou nacionalidade continuam a condicionar a vida das pessoas e o modo de pensar. (NUSSBAUM, 2005).

Associado a isso, segundo Nussbaum (2005), o que os estoicos pretendiam com a formação do cidadão do mundo era a compreensão empática do outro, daqueles que são diferentes. “Sin embargo, es necesario desarrollar esta idea de un modo especificamente democrático, como una parte esencial del pensamiento y del juicio justo es una sociedad democrática pluralista que forma parte de un mundo aún más complejo” (p. 129-130).

Essa formação possibilita a construção de uma sociedade mais democrática, justa. Por essa razão, Nussbaum (2005) cita o poeta norte americano Walt Whitman que considerava o artista como um educador de cidadãos democráticos, pois através da arte e suas manifestações é que se transmitem percepções da vida real e possibilita a reflexão de problemas e aspirações cotidianas.

Segundo Nussbaum (2005),

La capacidad del poeta para ver la eternidad, sostiene Whitman, es especialmente importante cuando tratamos con grupos cuya humanidad no siempre ha sido respetada en nuestra sociedad: mujeres y minorías raciales, homosexuales, pobres y desamparados. Parte importante de la función social del artista literario, según él, era impulsar en nosotros la comprensión y simpatía por todos los marginados u oprimidos, prestándole voz a su lucha (p. 130).

O papel do artista, na concepção da autora, está em transmitir uma visão de como os seres humanos devem se relacionar entre si, reconhecendo o outro com dignidade e respeito. Esse reconhecimento do outro é que leva à ideia de cidadania democrática. É por meio da arte que “[...] el poeta se transforma em la voz de la gente acallada [...]” e possibilita a ideia de inclusão e justiça.

A compreensão do outro, gerada pela imaginação narrativa não produz mudanças imediatas, mas promove diálogos constantes. Por essa razão, afirma Nussbaum (2005) “[...] que es esencial proporcionar al estudio de la literatura un lugar central en un currículo para la construcción de ciudadanía, ya que ella desarrolla las artes de la interpretación que son esenciales para la participación y la conciencia cívicas” (p. 131).

Nussbaum (2005) faz menção à contribuição da imaginação narrativa para a vida política. Segundo a autora

En nuestra vida política, esta capacidad tiene un papel igualmente importante, en especial cuando alternamos con personas distintas a nosotros, a quienes tan fácilmente podríamos tratar como objetos extraños, sin el tipo de complejidad psicológica e histórica que solemos atribuirnos a nosotros mismos (p. 131).

Ela cita o pensador romano Marco Aurélio que argumentava que a imaginação narrativa pode contribuir para a diminuição do ódio, pois quando o cidadão se propõe a pensar as razões que levaram o outro agir de determinada maneira, passa a compreender que cada um possui um modo próprio de agir e pensar, por mais que isso não seja aceito pelo demais cidadãos. A autora reafirma que a arte e a literatura devem ser parte integrante dos currículos escolares e universitários, pois pela imaginação narrativa pode proporcionar a tomada de consciência e compreensão do outro. Além disso, educam para que a mente seja mais flexível, aberta e criativa.

As obras literárias também possuem o papel de levar adiante o reconhecimento dos excluídos, seus hábitos e linguagens que muitas vezes são desconhecidos ou passam

despercebidos por não obedecer a critérios padrão de linguagem. Por isso, Nussbaum (2005) afirma que uma das funções “[...] del arte es desafiar la sabiduría y los valores convencionales” (p. 133). Isso implica abandonar por algum momento a posição que ocupa e ser como aquele que é diferente de si, enfrentar situações ou pessoas que normalmente não gostaríamos de encontrar na sociedade em que estamos inseridos.

3.4.3 Currículo: Questão política?

A arte e a literatura permitem explorar novos territórios, compreender o diferente, desenvolver a cidadania democrática. Associada a isso, segundo Nussbaum (2005)

Si la imaginación literaria desarrolla la compasión, y si ésta es esencial para la responsabilidad cívica, entonces tenemos buenas razones para enseñar las obras que promueven la clase de entendimiento compasivo que queremos y que necesitamos alcanzar. Esto significa incluir obras que den voz a las experiencias de grupos de nuestra sociedad a los que necesitamos entender con urgencia, como los miembros de otras culturas, minorías étnicas y raciales, mujeres, lesbianas y gays (p. 134).

O sentimento de compaixão, citado por Nussbaum (2005), é fundamental para compreender aqueles que são considerados minorias ou são tratados como invisíveis diante de uma sociedade que muitas vezes manifesta situações de racismo, machismo e outras formas de preconceito que levam à exclusão. Cultivar o respeito e o reconhecimento pelos variados grupos e manifestações em sociedade está associado à atividade socrática, voltada para o questionar dos próprios valores e à possibilidade de tornar-se um cidadão do mundo. Isso torna-se possível por meio do estímulo gerado pelas obras, expressas através da arte e da literatura.

Ter contato com as obras e ler criticamente, identificar e experimentar sensações e emoções, questionar-se sobre as experiências diante da obra, são algumas das formas pelas quais os estudantes devem ser confrontados. Isso pelo fato de que as próprias expressões de arte e literatura também podem ser carregadas de preconceitos, desigualdades e discriminação. Segundo Nussbaum (2005), esse cuidado é necessário, pois algumas obras

[...] fomentan un cinismo barato sobre los seres humanos y nos llevan a ver a nuestros conciudadanos con desdén. Otras nos sugieren cultivar formas sensacionalistas triviales de placer y de emoción que degradan la dignidad humana. Pero hay algunas que muestran lo que se podría llamar respeto ante un alma, por la forma en que el texto retrata la variedad de fines y motivos humanos, y también, quizá, por las interacciones entre los personajes que exhibe (p. 135).

A avaliação crítica, como mencionada, é um desafio diante da experiência que se adquire ao ter contato com uma obra, pois o vislumbre causado pela obra pode transformar o modo de ver o mundo, fazer simpatizar ou não com o outro, tornar o ser humano sensível diante das variadas formas de vida ou incitar estigmatismos.

Nussbaum (2005) classificou essa forma de avaliação crítica como moral e política, haja vista que essa levanta questões sobre a interação gerada entre o leitor, o texto e a comunidade, possibilita a construção da democracia e está relacionada com a concepção de que todos os cidadãos são dignos de respeito e que seus direitos e liberdades devem ser considerados. Portanto, a arte e a literatura não moldam por si o caráter do cidadão, mas contribuem de maneira a criar em cada um o compromisso com a construção de um mundo mais justo, que reflita e dialogue na busca por soluções para os problemas.

A literatura, nesse sentido, é capaz de representar as possibilidades humanas, as fragilidades e potencialidades. Seu ensino nas escolas e universidades é valoroso, pois contribui para o desenvolvimento da imaginação, na capacidade de compreender a sociedade e saber colocar-se no lugar do outro, possibilita o entendimento da história da humanidade e a formação de sujeitos preparados para viver a cidadania democrática.

3.4.4 Cidadão do mundo, relativismo e identidade

A imaginação narrativa contribui amplamente para a construção da cidadania democrática. Além de ler sobre história de povos e nações, é necessário analisar criticamente os fatos, interpretá-los sobre outros olhares. Por isso, Nussbaum (2005) enfatiza que é muito mais saudável a participação dos estudantes em discussões que envolvam diversas posições, do que apreciar palestras ou argumentos isolados, sem considerações contrárias.

Cada vez mais, a sala de aula precisa oportunizar o diálogo, de modo a possibilitar a preparação de cidadãos do mundo, verdadeiramente socráticos, mais interessados na construção do conhecimento pela crítica e autocrítica e, ainda, capazes de contribuir para a construção de um mundo melhor, tarefa esta que conta com a contribuição da imaginação narrativa (NUSSBAUM, 2005).

O ensino interdisciplinar e a preparação/formação dos professores/educadores são essenciais para que a formação do cidadão possa ser desenvolvida de maneira ampla. Esses dois aspectos contribuem para que o aluno desenvolva a autocrítica e, posteriormente, a crítica

diante dos acontecimentos cotidianos. A mudança não pode ser considerada fator externo, ela parte do interior de cada um, logo, contribui para a cidadania universal.

Formar cidadãos do mundo não é simples. Diante de tal tarefa – complexa -, encontra-se a defesa da literatura, que está relacionada a diferentes concepções de democracia. A literatura é relativa, não aborda culturas únicas, é abrangente diante da diversidade de gênero, religiosidade, cor, raça, social, etc. Nesse sentido, a imaginação narrativa possibilita imaginar o mundo diferente, melhor para viver.

4. A TEORIA DAS CAPACIDADES E A EDUCAÇÃO HUMANISTA: FORMAÇÃO HUMANA E FILOSOFIA

O presente capítulo consiste em explorar a importância da educação humanista ancorada na teoria das capacidades centrais de Nussbaum. Também, apresentar aspectos que sustentam a relevância da filosofia, como componente das humanidades, em tempos em que essa formação perde espaço para a formação tecnicista do sujeito. Para isso, apresenta-se aspectos da educação para o mercado, uma educação técnica e mecanicista, em contraponto aos aspectos de educação humanista, possibilitando assim, um enfrentamento de críticas às quais as humanidades estão expostas, justificando sua pertinência diante dos currículos de educação básica ou superior. O resgate das teorias de Nussbaum reforça os argumentos em favor das humanidades e da filosofia, como elementos que contribuem para a formação humana na contemporaneidade.

A teoria das capacidades centrais desenvolvida por Martha Nussbaum apresenta aspectos importantes a considerar para a formação humanista do sujeito. Busca apresentar as condições básicas e essenciais para o desenvolvimento humano, formação essa que é capaz de levar o sujeito a pensar criticamente sua condição de cidadão e cidadã, pensar o mundo, seu espaço nele e suas potencialidades.

A educação, nessa perspectiva, tem o âmago na construção de uma sociedade em que todos possam desfrutar de um mínimo de qualidade de vida e que tenham liberdade de escolha diante do que gostariam de ser e fazer, possibilitando aos cidadãos e cidadãs a autonomia crítica, responsável e solidária, que oportuniza a participação de todos no desenvolvimento da sociedade (GUICHOT-REINA, 2015).

O contexto educacional de muitas nações tem como foco principal uma educação voltada para o aspecto técnico e mecanicista, onde se ensina “como” e não o porquê das coisas. Contrário a isso, observando a perspectiva educacional discutida por Nussbaum, cabe perguntar: que tipo de sociedade está sendo formada? Que tipo de pessoas se quer para o hoje? Para o amanhã? Em tempos em que as pessoas encontram-se passivas diante de injustiças, desigualdades e tantos problemas enfrentados mundo a fora, caberia pensar uma educação humanista, embora ela não carregue ideais mercadológicos, lucrativos?

A qualidade de vida que as pessoas possuem ou carecem, o acesso ao desenvolvimento pessoal, social ou econômico, o nível de acesso a bens necessários a vida ou à sobrevivência

são aspectos que podem ser estudados sob a perspectiva da teoria das capacidades de Nussbaum. Essa concepção está ancorada na tese de “[...] que todas las personas tienen derecho a unos bienes centrales em virtud de su humanidad misma (protegidos incluso de la decisión de las mayorías) y que uno de los deberes fundamentales de la humanidad es el de respetar y apoyar tales derechos” (GUICHOT-REINA, 2015, p. 56). Inclui-se aqui o direito de todos e todas poderem reivindicar seu espaço na sociedade, seus direitos como cidadãos.

Além do desenvolvimento pessoal dos indivíduos, a concepção de educação humanista é considerada chave também para o desenvolvimento da coletividade

[...] es clave para la ciudadanía mundial, es supunto de apoyo, el basamento que permite desarrollarla. Si la información que las materias de humanidades proporcionan es necesaria no es suficiente. Son básicas las capacidades que han de ir unidas a ellas: el fomento del pensamiento crítico aplicado al análisis de distintas teorías económicas, de determinados acontecimientos históricos, de diferentes alternativas sobre cómo comprender la justicia social y la convivencia pacífica entre grupos dispares; la comprensión de las complejidades de otras culturas, de otros modos de afrontar la existencia; la posibilidad de hablar cuando menos alguna lengua extranjera, que no sólo nos abre nuestro espacio de comunicación, sino que nos ayuda a percibir otras formas de fragmentar la realidad, etc. (GUICHOT-REINA, 2015, p. 61).

As capacidades elencadas por Nussbaum compõem uma lista de dez, mas a autora reitera que essa lista não é fechada, podendo agregar capacidades importantes para as mais variadas nações e que não estejam citadas nela. Entre as capacidades citadas, acredita-se que possam ser destacadas três delas para alcançar o objetivo proposto com esse trabalho, a saber: o autoexame socrático, cidadãos do mundo (ou cidadania global) e a imaginação narrativa.

Destaca-se o autoexame socrático como fundamental para o despertar do sujeito para sua formação, liberdade e sua autonomia diante do contexto de sociedade em que vive. Este modelo de educação prepara para o que Nussbaum chama de cidadania democrática, a participação efetiva do sujeito no funcionamento da sociedade. Diante disso, “dicha educación crítica debe constituir, en concreto, el núcleo duro de lo que debe ser, según ella, la educación para la ciudadanía. Naturalmente, una educación crítica, según el tipo de la ciudadanía socrática, queda hoy sustraída de les trecho marco de la polis que lavionacer” (PRUDENCIO, 2008, p. 404).

Esse modelo de educação, inaugurado por Sócrates, na Grécia Antiga, desenvolve a capacidade racional do sujeito, ou seja, “[...]del juicio que establezca cada ciudadano em el ejercicio de su inteligencia práctica (*phronêsis*) de un modo sensato y reflexivo”. (PRUDENCIO, 2008, p. 408). Na contemporaneidade, a filosofia em especial tem a

potencialidade de despertar os estudantes para repensar seus conhecimentos, crenças ou valores, isso se traduz no autoexame. Na concepção de Prudencio (2008), a educação socrática pode ser considerada um dos paradigmas pedagógicos mais influentes de toda a história ocidental, um importante elemento da educação humanista e que pode auxiliar a educação contemporânea a modificar o status de formação predominante técnica.

Nesse contexto, “[...] a formação garantida pelo espaço das humanidades é também aquela que torna qualquer vida humana uma vida examinada e não irrefletida, uma vida capaz de se orientar e fortalecer no tempo de uma historicidade incontornável” (UMBELINO, 2018, p. 198). Portanto, atribuindo cada vez mais sentido para a vida, vivência e experiências aos cidadãos e cidadãs.

A segunda capacidade a ser destacada é referenciada por Nussbaum como cidadãos do mundo, ou cidadania global. Essa capacidade está vinculada com os sentimentos de interconexão e proximidade diante de um mundo globalizado, ou seja, ter a capacidade de perceber-se como cidadão de um local maior do que aquele de nascimento (ÀLVAREZ (2016). Perceber-se dependente de outras pessoas, de outros lugares, mesmo aqueles aos quais nunca se teve contato direto. Dependemos dos outros e vive-versa. Na expressão de Diógenes, ser cosmopolita, pertencer a uma comunidade local e também a uma comunidade que liga às aspirações humanas pelo uso da razão.

Ser cidadão do mundo requer a consciência de que toda a humanidade compartilha sonhos, desejos, aspirações, medos ou problemas comuns, afeta distintos grupos e nacionalidades de modos semelhantes, ou seja, a humanidade compartilha causas comuns (ÀLVAREZ (2016). Nesse cenário, a educação humanista contribui para a capacidade de compreender culturas distintas, com seus valores, crenças e conhecimentos, faz avaliar o diferente de modo a diminuir distâncias e favorecer a compreensão, a cooperação, o respeito, a empatia, a convivência mais pacífica, (entre outros aspectos), entre povos e nações.

A educação humanista, baseada na capacidade da cidadania global, deveria compor estudos sobre diversas nacionalidades, englobar aspectos históricos, linguísticos, culturais, religiosos, econômicos. Os jovens precisam conhecer e entender, por exemplo, como a economia funciona em escala global; isso inclui divulgar desde cedo para as crianças um conhecimento de mundo, não apenas aspectos locais e reduzidos. Em determinados ambientes de trabalho a educação voltada para a perspectiva humanista, associada a capacidade da cidadania global, contribui para as interações respeitadas entre os indivíduos de diferentes

origens, culturas ou crenças religiosas, assim como prepara para enfrentar tais diferenças onde quer que se faça presente (NUSSBAUM, 2015).

A terceira capacidade a ser destacada – imaginação narrativa – compreende a formação do cidadão capaz de colocar-se no lugar de outras pessoas, de ser intérprete de sua história, de suas emoções e desejos. É a capacidade de perceber o mundo através do olhar de outra pessoa, de perceber que não está sozinho no mundo (NUSSBAUM, 2015). A educação, nessa compreensão, coloca cada um e cada uma em contato com diversas questões de raça, gênero, origem, expressão cultural ou religiosa, permite demonstrar sensibilidade diante da sociedade.

Portanto, a teoria das capacidades de Nussbaum, com destaque para as três capacidades referenciadas, compõe um conjunto importante na discussão de uma educação humanista, capaz de preparar os cidadãos para viver em uma sociedade plural e diversa, com caminhos íngremes e complexos. Tal educação pode fortalecer a capacidade de refletir sobre questões políticas, sociais, religiosas, culturais e econômicas que afligem as nações, reconhecer outros cidadãos com igual capacidade de direitos e possibilidades, ter interesse pelas questões complexas da espécie humana, compreender-se como cidadão e poder contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Na educação, a filosofia possui grande destaque para o fortalecimento das humanidades. É considerada um elemento de fundamental importância no enfoque das capacidades de Nussbaum, pois ela contribui para o desenvolvimento das aptidões já existentes em cada sujeito, potencializando assim as capacidades internas e combinadas. Associada a isso, a filosofia contribui para fortalecer a dignidade humana e a igualdade de oportunidade dos sujeitos.

4.1 O papel da filosofia diante da formação humana na contemporaneidade

A discussão sobre a presença das humanidades na formação do sujeito se faz pertinente em momentos de desvalorização da mesma. A área de conhecimento das humanidades, bem como da filosofia como componente integrante, é julgada, por vezes, não útil, não necessária, difícil de entender, abstrata ou doutrinadora, perigosa e que ocupa um espaço que poderia ser mais bem aproveitado para outras atividades práticas ou técnicas (GUIMARÃES, 2018). É comum ouvir: a filosofia não serve pra nada. “[...] as humanidades são consideradas, em grande medida, supérfluas, parece correto reduzir o seu tamanho e, no que diz respeito a alguns departamentos, eliminá-los completamente” (NUSSBAUM, 2015, p.123) essa é a

denúncia que Nussbaum faz, em sua obra *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*, ao se referir à redução do espaço que vem sendo destinado à filosofia e às humanidades nos currículos escolares. Essa decisão de reduzir o espaço ou eliminar é correta ou pode ser considerada equivocada?

O número de pessoas que se formam no campo das humanidades, segundo Nussbaum (2005), vem diminuindo consideravelmente nos últimos tempos e, por outro lado, há um aumento gradativo de pessoas que procuram e diplomam-se em cursos técnicos profissionalizantes. A que deve esse disparate no campo educacional? Que fatores podem estar influenciando os rumos que a educação está seguindo?

Ao que parece, a resposta pode estar na busca por resultados imediatos para a atuação no mercado de trabalho, que requer uma rápida inserção e, para isso, a formação técnica do sujeito satisfaz. Isso decorre do fato da educação ter se tornado refém do mercado, ou seja, envolver seus processos formativos com vistas àquilo que o mercado quer, reduzindo-a a necessidade e utilidade profissional. Essa instrução ocorre sem que haja preocupação com uma formação mais aprofundada, crítica e criativa, característica das humanidades.

Contrariamente a isso, Nussbaum destaca que o que não se compreende na realidade educacional é que ao mesmo tempo em que os seres humanos necessitam de trabalho/emprego, também necessitam de um sentido para aquilo que fazem ou para suas próprias vidas, necessitam de conhecimentos, de perspectivas. Isso não pode passar despercebido, mas é o que vem ocorrendo quando se supervaloriza uma formação tecnicista em detrimento de aspectos de uma formação humanista.

O elemento das humanidades é importante na educação fornecida pelas nações, haja vista que esse aspecto formativo revela carências que os estudantes possuem em suas vidas, inclusive no aspecto profissional. Podem até saber usar plenamente tecnologias das mais variadas formas, mas por vezes carecem de convivência, aceitação do outro, tolerância, diálogo, criticidade. As humanidades contribuem para o desenvolvimento de sociedades democráticas, impulsionando a cidadania global, fornecendo uma formação mais ampliada ao sujeito. Para Boufleuer (2019)

A orientação da educação para o que chamamos de humanização implica esse tensionamento entre o que a tradição nos legou e as circunstâncias e dinamismos do tempo presente. Usando a imagem da direção de um carro, significa a capacidade de olhar pelo retrovisor e ao mesmo tempo andar para a frente. A educação requer, portanto, essa lembrança dos caminhos andados e, inclusive, dos percalços que a humanidade teve (p. 297).

A pressão por crescimento econômico que as nações fazem diante de sistemas de educação (pública preferencialmente) é um fator claro de interferência no ensino de humanidades (inclusive da filosofia como componente formativo). Pretende-se obter contribuições palpáveis com as disciplinas escolares/acadêmicas. Um modo de converter os sujeitos em seres economicamente produtivos, com uma aprendizagem útil mercadologicamente. Na compreensão de Cenci (2019), “a educação deixa de constituir-se em um meio de democratização da cultura e passa a ser considerada como um bem capital. Nessa lógica, a educação é transformada em um negócio privado de consumidores que buscam maximizar seus interesses” (p. 307).

Nesse sentido cabe questionar-se: o que e como ensinar as humanidades? Qual a função das humanidades diante de um cenário tão técnico e mecanicista? Como a filosofia e as humanidades podem contribuir para a rentabilidade econômica das nações? E, podem contribuir? Como justificar o papel das humanidades comparado com outras disciplinas curriculares? Por que não tornar importante as humanidades e a filosofia? Qual o papel das humanidades e da filosofia nas sociedades contemporâneas para a construção do presente e abertura para o futuro? Que espaços ocuparão aqueles que buscam formação em humanidades?

As humanidades e a filosofia dispõem a possibilidade de inscrever outros valores na sociedade. Valores que vão além dos aspectos econômicos ou tecnológicos primados por uma concepção de educação para o mercado como vemos cada vez mais em ascendência globalmente (ANDRÉ, 2011). As contribuições que decorrem da formação com a presença das humanidades estão para além de ensinar a fazer: possibilita que cada um possa repensar seus valores e crenças, permite tornar-se um profissional diferenciado capaz de se adaptar às mudanças que ocorrem na sociedade ao compreender o movimento de transformação, capacita para a participação na vida pública.

Uma das tarefas, na concepção de Umbelino (2018), seria que as humanidades assumissem uma atitude de combate e de resistência diante de uma narrativa que prioriza a utilidade e a rentabilidade econômica e que ameaça tornar-se totalitária e se caracteriza por promover o menosprezo pela área de humanidades. Diante de um cenário de competitividade global, onde as pessoas são formadas para cumprir uma demanda do mercado de trabalho e responderem cada vez mais aos desafios, especializações e exigências técnicas, as humanidades precisam encontrar maneiras de manterem-se vivas.

Umbelino (2018) apresenta diversas reflexões acerca do assunto em seu artigo intitulado “*O fim das humanidades: ensino e aprendizagem em época de crise*”. Para ele, a ausência do pensamento crítico seria um fator que contribui para erros de gestão nas mais variadas áreas empresariais, técnicas e econômicas. Relata inclusive casos de falências que poderiam ter sido evitadas se houvessem autênticos confrontos de ideias, abertura para soluções imaginativas e criativas, reflexão serena, em vez de pensamento irrefletido e por vezes marcado por algumas imposições de autoridade de pensamento. Em sua concepção

[...] devemos associar à formação em Humanidades: pensar criticamente, refletir de modo alternativo, imaginar criativamente, recordar livremente, antecipar na diferença, mudar e escolher informadamente o inesperado – em suma, no fundo pensar filosoficamente, ou seja, agir conscientemente a partir de um horizonte teórico em que cada ato sentimento e ideia guardam toda sua força e antagonismo e diferença, de conflito e complexidade, de autenticidade e liberdade (UMBELINO, 2018, p. 197).

Em outras palavras, a formação humanista é aquela capaz de desenvolver-se como construtora de postura de mundo, capaz de preparar para o imprevisto, para o novo, potencializar o conhecimento necessário para a vida, não apenas para funções específicas. A tarefa de explicar a utilidade das humanidades não é simples como seria explicar com relação à matemática, engenharia ou outras ciências exatas. É tarefa complexa.

Nussbaum (2015) denuncia que muitas vezes, para servir ao mercado, as humanidades são absorvidas por outras áreas dentro das universidades, onde passam a ser consideradas aplicadas e úteis. Ela faz referência da filosofia quando esta é absorvida pela disciplina de ciência política: a filosofia fica despida da discussão filosófica ou de textos clássicos da discussão filosófica acerca da vida e passa a servir de discurso para a ética empresarial, ou seja, passa a ter utilidade econômica. A filosofia e as humanidades mudam o status de componente que contribui para a vida humana para produzir alguma descoberta imediatamente útil para a sociedade.

Nos modelos educacionais que priorizam a formação técnica, os estudantes são educados a pensar que o principal objetivo da educação é conseguir um emprego. Dá-se utilidade imediata à sua formação. Os sistemas educativos medem sua qualidade pela capacidade de formar pessoas para o saber fazer imediato, o que acaba se tornando um negócio rentável para a própria educação. Nesse meio, cada vez mais surgem instituições que se destacam por oferecer formação *fast food*, no sentido de uma formação imediata para atuação no mercado de trabalho.

Os investimentos/financiamentos destinados à educação e pesquisas possuem direcionamento principal para as áreas técnicas, tecnológicas e científicas, enquanto que as humanidades carecem de incentivos. Mesmo com esse cenário em nível global, Nussbaum (2015) destaca algumas ações que os EUA têm em relação às humanidades: os professores da área têm direito à certo tempo de afastamento do trabalho para desenvolver pesquisas e publicações. Faz menção que há doações particulares que compõem a estrutura de financiamento da educação e que cada vez mais as universidades dependem dessas doações.

Diante desse cenário, parece cada vez mais real a preocupação trazida por Nussbaum (2015) de que as humanidades e as artes são consideradas cada vez mais como enfeites úteis que se pode suprimir do meio educacional para garantir que as nações continuem competitivas, tanto interna quanto externamente. As humanidades perdem seu espaço em decorrência de fatores como avaliações que os estudantes precisam fazer. Os índices são meios de afirmar a inutilidade dessa área de conhecimento, pois

Na medida em que as humanidades e as artes passam a ocupar o centro do debate nacional, elas são reformuladas como competências técnicas que tem de ser analisadas por meio de testes quantitativos de múltipla escolha, e as competências criativas e críticas que se encontram em seu âmago são geralmente deixadas de lado (NUSSBAUM, 2015, p. 143).

Conteúdos curriculares são postos como obrigatórios aos estudantes, pois serão úteis nos exames-padrão (como é o caso do ENEM, no Brasil). Substituem-se questionamentos filosóficos, políticos ou acerca da vida, por ensinamentos baseados em informações a serem decoradas. Os exames-padrão podem tentar igualar os estudantes em números, mas não em qualidade de pensamento, de raciocínio, em criatividade, em diálogo. Não há como mensurar quantitativamente o ensino em humanidades. “A criatividade e a individualidade, marcas da educação e da aprendizagem humanistas da melhor qualidade, têm dificuldade de encontrar um espaço para desabrochar” (NUSSBAUM, 2015, p. 135).

A discussão das particularidades do ensino de humanidades, sua qualidade diante da formação humana não é feita por quem se interessa pelo seu ensino ou pela aprendizagem nas escolas ou universidades, pois acaba ficando reduzida a poucos pesquisadores no tema ou professores engajados na causa. Quando se fala em fim da obrigatoriedade do ensino de filosofia – no Brasil, por exemplo – toma-se decisões sem consultar os interessados e, por isso, esse ato significa a privação “[...] de um espaço formal no qual os estudantes, futuros

cidadãos, encontram as possibilidades de confrontar determinados valores que, examinados adequadamente, poderiam levá-los à perplexidade” (DEINA, 2018, p. 205).

O futuro dos estudantes ou os rumos da escola/universidade são afetados com os testes padrão. A educação em humanidades (e filosofia como componente) vai muito além. Não são meros dados, informações úteis em determinadas funções, mas compõem o próprio sujeito. A filosofia é acima de tudo, um modo de pensar humanamente com o outro em sociedade. Não se deseja um ensino de filosofia baseado em decorar fatos ou filósofos importantes, mas a capacidade filosófica imbricada da capacidade de analisar e raciocinar criticamente a respeito de um amplo conjunto de problemas filosóficos que se encontra presente na vida, no cotidiano das pessoas (NUSSBAUM, 2015). Os problemas da educação ou do acesso desigual não se resolvem com a tentativa de padronização do ensino, seja em filosofia e humanidades ou até mesmo outras áreas de conhecimento.

4.2 Como avaliar uma educação de qualidade em humanidades?

As mudanças que a educação precisa enfrentar são as mais variadas, entre elas, um fator importante parece ser o investimento humano, ou seja, pessoas comprometidas e bem preparadas/formadas para atuar em humanidades. A formação técnica oferece ferramentas para uma atuação imediata, talvez sem muita garantia de emprego no futuro, mas a formação humanista, seguindo as reflexões de Umbelino (2018), é que pode garantir uma condição de empregabilidade através de uma formação da/para a capacidade de analisar a própria vida, capacidade de tomar decisões inovadoras e criativas, conseguir responder criativamente aos desafios propostos e passar por processos de mudança e adaptar-se ao novo (futuro).

As humanidades e a filosofia possuem um perfil de formação que engloba o tempo para reflexão, possibilita a leitura da ‘realidade’, a problematização, a compreensão das diferenças existentes, a reflexão diante da novidade e do inesperado, da autenticidade, ou seja, uma formação ampliada de sujeito (UMBELINO, 2018). A formação que é capaz de promover o pensamento crítico, para atuar crítica e criativamente em sociedade, promovendo o aprimoramento como pessoa humana, incluindo além do aspecto intelectual, o seu aspecto ético. Por isso

Parte-se do pressuposto de que a filosofia é uma área do conhecimento fundamental para o desenvolvimento pleno dos estudantes, seja para a emancipação política e a responsabilidade moral relacionadas ao exercício consciente da cidadania, seja para

a autonomia intelectual necessária ao conhecimento científico fundamentado, que vai além da mera desenvoltura com as fórmulas desenvolvidas pelos cientistas a partir dos problemas práticos, mas, em muitos casos, filosóficos (DEINA, 2018, p. 200).

O florescimento das humanidades e da filosofia contribui para o florescimento humano, ou seja, conhecimentos que podem ser buscados para clarear a percepção com relação à sociedade e o modo de agir nela. O que a filosofia faz seria a busca por um consenso moral na sociedade. Na entrevista cedida a Daniel Gamber Sachse, Nussbaum (2010) fala sobre o lugar da filosofia em uma sociedade democrática, sinalizando para uma ideia de filosofia que contribui, acima de tudo, com a busca, baseada na moralidade, através de espaços compartilhados, de princípios globais e objetivos comuns e que, segundo ela, não é tarefa fácil, pois a filosofia proporciona conhecimentos, mas as pessoas precisam se dispor a tomar parte e aprofundar-se.

Consoante com as reflexões de Umbelino (2018), os profissionais com formação em humanidades podem ocupar espaço nos mais variados setores da sociedade. O que se espera deles é que pensem de forma alargada, ou seja, que não sigam padrões limitantes da atual educação para o mercado, que se tornem profissionais que possam pensar de forma alternativa, plural, heterodoxa, diferente, inovadora e rapidamente adaptável aos desafios e problemas postos diante de si. Enfim, pensar filosoficamente a realidade.

Uma das possíveis maneiras de ensinar humanidades pode ser através do contato longo e paciente com textos filosóficos capazes de levar o sujeito a compreender os acontecimentos e a realidade, possibilitando a ele o contato com grandes obras de arte, com a pluralidade de línguas e culturas, com o pensamento complexo e o diálogo aprofundado (UMBELINO, 2018). Os aspectos citados possibilitam a leitura crítica da realidade a partir do passado, do já vivido e do que foi construído a partir dos acontecimentos. Umbelino (2018) defende que

Sem o contacto crítico e aprofundado com os grandes textos de filosofia social e política que permanecem matriciais do pensamento ocidental, por exemplo, de que modo poderemos verdadeiramente ser capazes de pensar politicamente para além do lugar-comum ou do propagandisticamente repetido? Sem o encontro, sob o modelo paciente da leitura e da aplicação, com os grandes textos literários e religiosos como poderemos ser capazes de continuar a submeter à crítica informada todas as autoridades inquestionáveis e enganadoras? E como poderemos continuar a confrontar a tradição com a crise que a pode manter viva? Sem o contexto das várias línguas estrangeiras, com o quadro rico de diferentes literaturas e culturas que mantêm próximas na diferença, como seremos capazes – realmente – de continuar a reconhecer o outro na sua diferença? E como conseguiremos continuar a acolher a diferença como a ocasião e o motivo para nos conhecermos melhor a nós próprios? Sem esse encontro multilinguístico, cosmopolita e – no limite – inter-religioso, como saberemos preocupar-nos autenticamente com esse outro e reconhecer, nessa

preocupação, o que nos une sob as diferenças de posição social, credo, raça ou nação? Sem as ocasiões de encontro transformador que as grandes obras de arte permitem, como seremos capazes de meditar imaginativamente os problemas complexos que fundam a raiz histórico-cultural do existir humano? Sem o encontro paciente e conflitual, aberto e radical com os grandes projetos filosóficos que são matriz do pensamento ocidental, como aprenderíamos genuinamente a pensar e manter atualizados, em termos complexos e no campo de um profícuo conflito de interpretações, conceitos fundamentais para orientar a existência, tais como os conceitos de bem e mal, justiça e moral, ética e política, belo e feio, tempo e espaço, memória e reconhecimento, culpa e perdão, autenticidade e valor, identidade e alteridade, etc.? (UMBELINO, 2018, p. 198)

As humanidades e a filosofia compõem um modo de pensar a vida e a condição humana no mundo; afinal somos seres que se constroem a partir de experiências e vivências diárias; aprendemos com quem veio antes, herdamos conhecimentos, assim como produzimos. As características do pensar filosófico e da própria filosofia, acima apresentados, coincidem com a perspectiva de formação humana presente nas obras de Nussbaum (2005, 2012, 2013, 2014, 2015), ela fornece princípios que levam o sujeito à reflexão de si, no mundo e para o mundo, a perceber-se num sentido mais amplo.

No entanto, é importante destacar que nas contribuições da autora não há registro de um currículo que se possa seguir para ensinar filosofia ou humanidades, mas, o que ela faz é indicar que espírito ou que características que essa disciplina/área deve possuir diante da formação dos sujeitos (GUIMARÃES, 2018). Ao que parece, o alcance da teoria das capacidades de Nussbaum limita-se no sentido de não mostrar o que deve ser feito em filosofia ou humanidades, mas aponta possíveis caminhos ou modos que possam efetivar-se como uma formação humanista.

Na compreensão de Guimarães (2018), cabe aos professores de filosofia e aos que estão envolvidos com seu ensino “[...] a especificação de modos de fazer que sejam coerentes com aqueles princípios gerais dentro dos quais uma educação democrática pode ser pensada” (p. 190). Essa tarefa requer um esforço de busca, de engajamento tanto pessoal quanto coletivo. Ao que parece, as teorias de Nussbaum contribuem para uma base de discussões importantes no contexto das humanidades e, conseqüentemente, para a formação de cidadãos democráticos. Nesse sentido

[...] não basta manter-se no campo do discurso educativo, defendendo as humanidades e as artes como fatores de educação do espírito ou como condição da formação de pessoas cultas. Se o discurso econômico julga poder avaliar e determinar a prática educativa, é preciso que o discurso educativo, articulado com a filosofia, também seja capaz de avaliar o desenvolvimento e mesmo de propor uma outra forma de desenvolvimento, uma outra racionalidade da economia, que tenha

consequências para a concepção da própria prática educativa” (GUIMARÃES, 2018, p. 186).

Seguindo essa lógica interpretativa, é possível compreender que a filosofia pode ser um elemento formativo em humanidades à medida que proporciona aos estudantes a reflexão sobre a técnica, pois “[...] os estudantes precisam ser estimulados a pensar sobre aquilo que apreendem com as ciências, humanas ou exatas, arriscando interpretar seus conteúdos, métodos e resultados, compreendendo seus fundamentos epistemológicos e filosóficos, bem como suas implicações éticas e políticas” (DEINA, 2018, p. 210). Desse modo ampliam seu conhecimento para além da técnica.

E, diante disso, recordando Sócrates pode-se reiterar que “[...] só uma vida examinada vale a pena ser vivida, é o tempo lento das humanidades, paradigmaticamente ilustrado pelo ato da leitura aprofundada, que abre o espaço adequado para que uma vida propriamente humana seja capaz de interrogar suas ações à luz de sua irrevogável dimensão histórica” (UMBELINO, 2018, p. 198-199). Através da filosofia e das humanidades é que os cidadãos têm a oportunidade de desenvolver-se de maneira mais aprofundada, ao modo filosófico para ser e atuar como cidadãos, que contribua para o desenvolvimento (também mais humano) da sociedade. Afinal, ao defender a importância e permanência das humanidades não se quer ir contra o desenvolvimento e crescimento econômico da sociedade, mas de fazer perceber que as capacidades desenvolvidas pelas humanidades podem contribuir também para isso (GUIMARÃES, 2018).

Em conformidade com a teoria nussbauniana, Larrosa (2018) reitera que

A filosofia, para nós, não é uma disciplina, e sim uma atividade que tem a ver talvez com o pensamento. E o pensamento é sempre uma disciplina ou, dito de outro modo, um acontecimento, um talvez, que não se pode nem produzir, nem predizer, nem presumir, e que, além do mais, acontece, ou pode acontecer, em qualquer lugar (p.126).

Assim sendo, a filosofia, enquanto componente das humanidades, não é apenas uma disciplina curricular, um saber teórico que influencia o conhecimento sobre nós mesmos e sobre o mundo. “[...] a filosofia trata das questões do mundo humano. Mundo esse que nos é comum e ao qual adentramos ao nascer e que recebemos como herança das gerações passadas” (BOUFLEUER, FENSTERSEIFER, 2016, p.256). Mas, e, além disso, ela é uma atividade do pensamento, é modo de pensar como aquilo que acontece todos os dias, na construção de modos de ser em uma sociedade plural e diversa. A filosofia é o modo como

vivemos no mundo. Larrosa (2018) afirma ainda que a filosofia é uma forma ética, uma forma de vida, que se expressa de modo subjetivo.

O pensar ocorre no fazer cotidiano, no ler e escrever, na própria vida. Larrosa (2018) acrescenta que “talvez a filosofia seja (também) isso: friccionar repetidamente, trabalhosamente, com a máxima atenção possível, o que se vê e o que se diz, as percepções dos sentidos e os nomes e as definições, as coisas e as palavras, o mundo e os livros” (p.131-132). Desse modo, pensar, lapidar e construir uma sociedade ao modo que almeja Nussbaum, mais democrática.

Em conformidade com Casagrande (2016)

É preciso que a filosofia se lance como grande problematizadora do próprio saber, ressignificando os conceitos já inseridos no cotidiano da educação formal, alavancando rupturas nos paradigmas educacionais vigentes, abrindo novas perspectivas na criação e implementação de outros novos e alternativos olhares àqueles que estão viabilizados pela escola (p. 337).

Portanto, quando o indivíduo se compreende como sujeito do mundo e seu pertencimento nele, passa a ter a capacidade e a compreensão de que a mudança de sua própria realidade está em suas mãos, é que será possível a construção de uma sociedade mais democrática, ou seja, que leve em consideração a pluralidade e diversidade na constituição de uma sociedade mais humana. Para isso, a filosofia, ao que parece, é uma das disciplinas mais preparadas para a construção de um diálogo que buscará essa construção do próprio sujeito.

A filosofia capacita o sujeito para que ele seja autônomo para lidar com os problemas que enfrenta diariamente. Ela não apresenta receitas de como agir, mas possibilita a análise e investigação, a tomada decisões de modo racional, crítico e criativo. É um olhar para o caminho já percorrido, já andado, para o passado/tradição e reinventar a trajetória contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como objetivo explorar a importância da teoria das capacidades de Martha Nussbaum e o papel da formação humana na educação contemporânea. Também, nesse contexto, foram apresentados aspectos que sustentam a relevância da filosofia como componente das humanidades. Com base em pesquisa bibliográfica, trabalhamos com a reconstrução minuciosa de obras de Martha Nussbaum, procurando evidenciar elementos fundamentais de sua teoria das capacidades, bem como a sua importância para o aprofundamento de conceitos centrais em defesa do ensino de humanidades e da filosofia.

O conceito de capacidades está relacionado com a pergunta sobre o que as pessoas são capazes de ser e fazer. Está ancorado na teoria das capacidades que são consideradas por Martha Nussbaum como possibilidades e direitos mínimos, condições básicas e essenciais para o desenvolvimento humano, elementos importantes para a qualidade de vida das pessoas, bem como compreender o ser humano como único. Para isso, requer a presença das humanidades como propulsora de uma educação/formação humanista ao sujeito, promovendo seu desenvolvimento e que esse não seja apenas moldado aos padrões mercantis da educação vigente na maioria das nações.

A perspectiva contemporânea de formação em Martha Nussbaum está presente na segunda parte do texto e pode ser compreendida como elemento importante para a formação em humanidades. Nela se aprofundam três das capacidades consideradas essenciais para a formação humanista: autoexame socrático: é uma forma de defender uma educação que leve o estudante/cidadão à autonomia, pensar por si mesmo, despertar para a busca de si mesmo, uma tarefa de enfrentar a passividade diante dos fatos da vida, é compreendida como uma educação mais ampla, racional e crítica; cidadãos do mundo: compreende a capacidade de perceber que vivemos num mundo vasto e que para viver dependemos de pessoas que nunca vimos, é a capacidade de sentir-se para além de sua comunidade de nascimento e vida diária, compreende a vida e as aspirações humanas de maneira ampla, possibilitando a investigação e compreensão das mudanças sociais, políticas, culturais e religiosas que ocorrem, implica reconhecer que existem diferenças entre os povos e isso demanda conhecimento; e a imaginação narrativa: é a capacidade de imaginar-se do lugar de outra pessoa, ser intérprete inteligente de sua história, compreender diferentes emoções, anseios, é a capacidade de sentir

compaixão e ampliar o senso de humanidade pois leva a prestar a atenção no outro. Essa capacidade pode ser despertada através, principalmente, da arte e literatura, pois o que contribui para desenvolver essa capacidade é o maravilhar-se advindo das histórias/narrativas que ouvimos ou contamos desde crianças.

Diante da reconstrução minuciosa dos conceitos de capacidades de Nussbaum, foi possível dar continuidade na estruturação do texto ao explorar a importância da educação humanista ancorada na teoria das capacidades centrais de Nussbaum e, a partir disso, apresentaram-se aspectos que sustentam a importância da filosofia e das humanidades na formação dos sujeitos. Cada vez mais a educação leva em consideração os interesses mercantis, sendo que a formação proporcionada volta-se ao aspecto técnico e mecanicista, beneficiando a profissionalização dos estudantes e deixando de lado a formação humanista. A educação parece ter mudado o direcionamento educativo ao voltar-se para a produção de capital humano para as empresas, interferindo na formação de sujeitos críticos, criativos e conscientes de si no mundo (LAVAL, 2004). Goergen (2019) destaca que as condições atuais centrais do poder econômico fazem com que o ser humano deixe de ser a referência de seu próprio processo formativo. Deste modo, as práticas educativas tendem a encaminhar o ser humano às exigências, expectativas e resultados do sistema econômico, em vez de formá-lo como ser humano.

No contexto educacional, marcado pela crescente desvalorização das humanidades e da filosofia, torna-se necessário um voltar-se para si, investigar na própria filosofia o que ela tem a oferecer, qual diferencial ela pode proporcionar. Para Nussbaum (2010) a filosofia contribui para o florescimento humano, ou seja, nela as pessoas podem buscar conhecimentos que lhe clarifiquem o modo de perceber a sociedade, de agir nela. É como se a filosofia esclarecesse princípios globais, objetivos comuns ao humano, aquilo que deve ser buscado por todos e que não é tarefa fácil. O que a filosofia faz seria a busca por um consenso moral na sociedade.

Concerne à filosofia a humildade em reconhecer que na sociedade existem outras motivações, outras áreas que investigam assuntos que ela também aborda e reflete. E isso não força a filosofia a parar de falar sobre esses assuntos. “[...] los filósofos son perfectamente capaces de aprender lo que tienen que aprender para hablar com los profesionales de otras disciplinas. (NUSSBAUM, 2009, p. 52). A filosofia é uma forma de conhecimento que busca saber dos limites e possibilidades do ser humano e isso traduz-se na concepção de capacidades humanas.

A filosofia como um modo de pensar oferece meios de uma formação ampliada de sujeito, mas precisa-se ter presente de que ela enquanto componente das humanidades depende em grande parte do sujeito, de seu interesse e disposição para aprender, refletir, ir além. “[...] é preciso que se atribua à filosofia a função de atuar como mediador simbólico na interação e articulação dos diferentes saberes. [...] é em si mesma uma forma de pensar e pode, assim, perpetrar nas demais disciplinas os parâmetros de um ensino reflexivo (perplexidade, pergunta, investigação)” (CASAGRANDA, 2016, p.336). A disposição de construir a subjetividade pode ser impulsionada pelo pensar filosófico, pela capacidade de um pensar aprofundado, questionador e crítico.

A partir da perspectiva de Nussbaum sobre a importância das humanidades e da filosofia no processo formativo do sujeito, e da pergunta que norteou o presente trabalho, pode-se concluir que as humanidades e a filosofia contribuem para a formação das capacidades essenciais ao desenvolvimento do sujeito, logo para o desenvolvimento humano de maneira geral. Por si só elas não resolvem os problemas humanos existentes, mas favorecem uma formação humana mais alargada que aprimora capacidades como raciocinar e refletir, argumentar e debater, reconhecer e respeitar os outros, considerar as consequências de nossos atos sobre os outros e compreender a complexidade humana no mundo (GUIMARÃES, 2018).

Portanto, a presente pesquisa, ancorada na teoria das capacidades de Nussbaum, faz perceber que ainda existem caminhos a serem percorridos e os argumentos aqui apresentados são apenas uma tentativa de responder uma questão que não está fechada, pelo contrário, ela abre inúmeras possibilidades de novos questionamentos e de novas investigações. É um caminho rico (em conceitos para o desenvolvimento humano) que a educação ainda necessita explorar e percorrer. A filosofia e as humanidades são possibilidades de uma educação mais ampla, contribuindo para a autonomia e emancipação dos sujeitos e não apenas uma forma única e fechada de educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, S. (2016) **Martha Nussbaum y la educación en humanidades**. *Analecta política*, 6 (10), 167-178. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5597907>, acesso em 18/07/2019.

ANDRÉ, João Maria. **O papel das Humanidades na Sociedade Contemporânea**. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Biblos*, n. s. IX (2011) 287-304. Disponível em https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/32459/1/BiblosIX_artigo11.pdf, acesso em 16/07/2019.

BOUFLEUER, J. (2019, junio 18). **A especificidade da educação escolar nas sociedades republicanas e democráticas**. *ESPACIOS EN BLANCO. Revista De Educación*, 2(29). Recuperado a partir de <http://ojs2.fch.unicen.edu.ar:8080/ojs-3.1.0/index.php/espacios-en-blanco/article/view/364>, acesso em 20/06/2019.

BOUFLEUER, J.; FENSTERSEIFER, P. **Filosofia da educação e pesquisa educacional: movimentos em direção ao diálogo**. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 23, n. 2, 21 nov. 2016. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/6534/3956>, acesso em 18/06/2019.

CASAGRANDA, E. **A filosofia e a disciplinarização do saber: diálogo e poder na escola**. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 23, n. 2, 21 nov. 2016. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/6540/3961>, acesso em 17/07/2019.

CENCI, A. (2019, junio 18). **A educação, a crise da esfera pública e o desafio da formação da vontade democrática sob a égide do neoliberalismo**. *ESPACIOS EN BLANCO. Revista De Educación*, 2(29). Recuperado a partir de <http://ojs2.fch.unicen.edu.ar:8080/ojs-3.1.0/index.php/espacios-en-blanco/article/view/365>, acesso em 17/07/2019.

DEINA, Wanderley José. **EM DEFESA DO ENSINO DA FILOSOFIA: REFLEXÕES A PARTIR DE HANNAH ARENDT E THEODOR ADORNO**. *Kínesis*, Vol. X, nº 24 (Edição Especial), dezembro 2018, p. 196-214. Disponível em <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/8453>, acesso em 05/07/2019.

FRONTEIRAS DO PENSAMENTO. AVIV, Rachel. **Martha Nussbaum: por uma vida completa e próspera**. Disponível em: <https://www.fronteras.com/artigos/martha-nussbaum-por-uma-vida-completa-e-prospera>, acesso em 23/03/2019.

GOERGEN, P. (2019, junio 18). **Entre o conhecimento e a verdade: o desafiador dilema da educação contemporânea.** ESPACIOS EN BLANCO. Revista De Educación, 2(29). Recuperado a partir de <http://ojs2.fch.unicen.edu.ar:8080/ojs-3.1.0/index.php/espacios-en-blanco/article/view/363>, acesso em 27/06/2019.

GUICHOT-REINA, Virginia. **El «enfoque de las capacidades» de martha nussbaum y sus consecuencias educativas: hacia una pedagogía socrática y pluralista.** Ediciones Universidad de Salamanca. Teor. educ. 27, 2-2015, pp. 45-70. Disponível em <http://revistas.usal.es/index.php/1130-3743/article/view/teoredu20152724570/14227>, acesso em 18/11/2018.

GUIMARÃES, Marcelo Senna. **As humanidades e a filosofia na formação básica.** Problemata: R. Intern. Fil. V. 9. n. 3 (2018), p. 181-192 ISSN 2236-8612 doi:<http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v9i3.41665>. Disponível em <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/41665/21093>, acesso em 10/07/19.

LARROSA, Jorge. **Escritos sobre experiência.** Tradução Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi. 1. ed.; 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018 - (Coleção Educação: Experiência e Sentido).

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público.** Londrina. Editora Planta, 2004.

MOTA, Maria Inês Souza Pinto. **A Teoria das capacitações de Martha Nussbaum: um ensaio crítico.** Dissertação de Mestrado em Filosofia Política. Universidade do Minho, 2016.

NUSSBAUM, Martha C. **Crear capacidades: Propuesta para el desarrollo humano.** Barcelona: Paidós, 2012.

_____. **El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal.** Tradução Juana Pailaya. Barcelona: Paidós Ibérica, 2005.

_____. **Educação e justiça social.** Tradução: Graça Lami. Edições Pedagogo, Lda. 2014.

_____. **Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie.** Tradução de Susana de Castro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **Libertad de conciencia:** el ataque a la igualdad de respeto. Traducción: Patrícia Soley-Beltran. Entrevista: Daniel Gamber Sachse. Centro de cultura Contemporánea de Barcelos, 2010.

_____. **Sem fins lucrativos:** por que a democracia precisa das humanidades. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

_____, Martha C. **El uso y abuso de la filosofía en la enseñanza del derecho.** Academia. Revista sobre enseñanza del derecho, año 7, número 14, 2009, ISSN 1667-4154, págs. 31-57. Disponível em <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/revista-ensenanza-derecho/article/view/1004/927>, acesso em 20/06/2019

PIZZANI, Luciana. SILVA, Rosemary Cristina da. BELLO, Suzelei Faria. HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini **A ARTE DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA BUSCA DO CONHECIMENTO.** Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012 – ISSN 1678-765X. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28 , acesso em 25/04/2019.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*; XENOFONTE. **Ditos e feitos memoráveis de Sócrates. Apologia de Sócrates.** Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; Tradução de Enrico Corvisieri e Mirtes Coscodai. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Os Pensadores).

PRUDENCIO, José Javier Benítez. **Martha Nussbaum, Peter Euben y la educación socrática para la ciudadanía.** University of Cambridge. Faculty of Classics. Darwin College. Revista de Educación, 350. Septiembre-diciembre 2009, pp. 401-422 Fecha de entrada: 06-07-2007 Fecha de aceptación: 27-03-2008. Disponível em http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_17.pdf, acesso em 20/06/2019.

THE NEW YORKER. AVIV, Rachel. **A filósofa dos sentimentos.** Disponível em <https://www.newyorker.com/magazine/2016/07/25/martha-nussbaums-moral-philosophies>, acesso em 23/03/2019.

UMBELINO, Luís António. **O fim das humanidades: ensino e aprendizagem em época de crise.** CADERNOS DE PESQUISA v.48 n.167 p.192-202 jan./mar. 2018. Disponível em http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/4666/pdf_1, acesso em 06/06/19.

CIP – Catalogação na Publicação

R672tRocha, Janimara

A teoria das capacidades de Martha Nussbaum e o papel da formação humana na educação contemporânea /Janimara Rocha. – 2019.

79f. ; 30 cm.

Orientador:Prof.Dr.Edison Alencar Casagrande.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2019.

1.Homem – Formação. 2. Educação – Filosofia. 3. Capacidades. 4. Aprendizagem. 5. Educação e Estado. 6. Nussbaum, Martha Craven, 1947- – Filósofa.

Catalogação: Bibliotecária Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364